

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**TURISMO RURAL NA ROTA COLONIAL LINHA
STEIN, SALVADOR DO SUL/RS: INCREMENTO DE
RENDA E BEM-ESTAR PARA FAMÍLIAS E
COMUNIDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cléia dos Santos Moraes

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**TURISMO RURAL NA ROTA COLONIAL LINHA STEIN,
SALVADOR DO SUL/RS: INCREMENTO DE RENDA E BEM-
ESTAR PARA FAMÍLIAS E COMUNIDADE**

Por

Cléia dos Santos Moraes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Santa Maria, RS, Brasil.

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**TURISMO RURAL NA ROTA COLONIAL LINHA STEIN, SALVADOR
DO SUL/RS: INCREMENTO DE RENDA E BEM-ESTAR PARA
FAMÍLIAS E COMUNIDADE**

elaborada por
Cléia dos Santos Moraes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marcelino de Souza, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Joaquim Anécio Almeida, Dr. (UFSM)

Marcos Alves dos Reys, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS 10 de novembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Marcelino de Souza pela dedicação e entusiasmo para a realização desta dissertação e pelos ensinamentos que me acompanharão onde quer que seja. Ao prof. Joaquim Anécio pelos ensinamentos que me serão úteis por toda a vida e pelo apoio sem o qual este trabalho não teria se concluído.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisas Turismo e Desenvolvimento pelo apoio e pelas ricas experiências proporcionadas. Ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos. Aos professores e funcionários do DEAER pela convivência e apoio.

Aos colegas do mestrado pelas experiências enriquecedoras, as quais levarei para a vida inteira. Especialmente aos colegas Janisse, Aline, Cenci e Flamarion pela bonita amizade, pelas trocas de conhecimentos, pelo enriquecimento de sabedorias e pela convivência durante este período especial de nossas vidas.

Aos meus pais, meu irmão e minha cunhada pelo apoio para a conclusão deste trabalho e por estarem sempre ao meu lado incentivando e dando-me exemplos de caráter e perseverança.

Às minhas amigas Carmen e Juliana pelo apoio, compreensão e pelas conversas e carinho durante este percurso de minha formação. À amiga Deise pela ajuda que me foi também muito importante durante o mestrado. E a Luciane pelo grande incentivo. À Jurassi pelo carinho, apoio e incentivo.

Ao professor e amigo Sylvio Bidel, pelos ensinamentos, pelo apoio sempre presente e pelo carinho durante minha vida acadêmica. Ao amigo Junior Capitânio pelas conversas, as risadas as trocas de conhecimentos e pelo nosso trabalho durante nossa vida de universitários.

Ao Alexsandro pelo carinho, compreensão e incentivo durante minha caminhada e por jamais me permitir desanimar.

Em especial à equipe do escritório municipal da EMATER/RS – Ascar de Salvador do Sul e da prefeitura municipal de Salvador do Sul nas pessoas de Gledes Forneck, Edisson Merib sem os quais esta pesquisa teria se tornado muito difícil.

E principalmente as famílias de agricultores e empreendedores de turismo rural, por me receberem de forma tão hospitaleira em suas casas e se disporem a participar desta pesquisa. Muito obrigada, vocês todos são parte fundamental nesta pesquisa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de pessoas das famílias que trabalham com turismo rural.....	48
Tabela 2. Número de pessoas das famílias que não trabalham com turismo rural.....	48
Tabela 3. Média de escolaridade das famílias que trabalham com turismo rural.....	49
Tabela 4. Média de escolaridade das famílias que não trabalham com turismo rural.....	50
Tabela 5. Composição por sexo das famílias que trabalham com turismo rural	51
Tabela 6. Composição por gênero das famílias que não trabalham com turismo rural	52
Tabela 7. Idade dos componentes das famílias que trabalham com o turismo rural.....	52
Tabela 8. Idade dos componentes das famílias que não trabalham com o turismo rural.....	53
Tabela 9. Condição de ocupação dos integrantes das famílias pesquisadas.....	57
Tabela 10. Número médio de Pessoas ativas segundo tipos de famílias pesquisadas.....	58
Tabela 11. Ocupação principal dos integrantes das famílias pesquisadas....	59
Tabela 12. Percentual das rendas das famílias que trabalham com turismo rural.....	61
Tabela 13. Percentual das rendas das famílias que não trabalham com turismo rural.....	64
Tabela 14. Percentagem da renda de autoconsumo em relação à renda agrícola das famílias que trabalham com turismo rural.....	64
Tabela 15. Percentagem da renda de autoconsumo em relação à renda agrícola das famílias que não trabalham com turismo rural.....	66
Tabela 16. Renda <i>per capita</i> das famílias que trabalham com turismo rural..	66
Tabela 17. Renda <i>per capita</i> das famílias que não trabalham com turismo rural.....	66

Tabela 18. Renda familiar das famílias que trabalham com turismo rural.....	67
Tabela 19. Renda familiar das famílias que não trabalham com turismo rural.....	67
Tabela 20. Índice de Bem-estar das famílias pesquisadas.....	69
Tabela 21. Profissões dos turistas que visitam o roteiro Linha Stein.....	73
Tabela 22. Motivos para os turistas buscarem o turismo rural	75
Tabela 23. Motivos para os turistas retornarem às propriedades.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil dos Produtores Rurais do Município de Salvador do Sul – RS. – metodologia.....	41
Gráfico 2. Estratos de idades das famílias que trabalham com turismo rural.....	54
Gráfico 3. Estratos de idades das famílias que não trabalham com turismo rural.....	55
Gráfico 4. Composição da renda das famílias segundo os estratos de áreas total.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tipificação das famílias entrevistadas.....	37
Figura 2. Roteiro Turístico Microrregional Caminho das Velhas Colônias.....	44

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Turismo rural na Rota Colonial Linha Stein, Salvador do Sul/RS: incremento de renda e bem-estar para famílias e comunidade

Autora: Cléia dos Santos Moraes

Orientador: Dr. Marcelino de Souza

Santa Maria, RS, 10 de novembro de 2006.

Esta pesquisa analisa o nível e a composição da renda, bem como o bem-estar das famílias que fazem parte da Rota Colonial Linha Stein e, portanto, trabalham com a atividade de turismo rural, bem como das famílias vizinhas que não trabalham com a atividade. Para tanto, foi preparado um instrumento de coleta de dados para aferir as rendas e os indicadores de bem-estar das famílias. A metodologia utilizada contemplou a tipificação das famílias conforme as atividades que eram desenvolvidas por seus membros. Os resultados mostram que as famílias que fazem parte do roteiro, bem como as que não fazem são em sua maioria pluriativas e suas rendas são compostas prioritariamente pela renda agrícola, sendo que a renda não-agrícola oferece uma importante contribuição. Verificou-se também uma participação importante da fonte de renda de aposentadorias e pensões. Quanto ao bem-estar das famílias, em todas elas este se encontra em um nível elevado. O perfil dos turistas, indicado pelos empreendedores foi de pessoas de terceira idade, principalmente, que viajam em grupos e buscam tranquilidade nas áreas. A atividade de turismo rural proporcionou às famílias um incremento na renda e um bom nível de bem-estar. Estes foram estendidos, indireta e algumas vezes diretamente às famílias que não trabalham com turismo rural, mas fazem parte da comunidade.

Palavras-chaves: turismo rural, renda, bem-estar.

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
Course of Master degree in Rural Extension
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

Rural tourism in Linha Stein colonial route, Salvador do Sul/RS: increment of budget and welfare to families and community

Author: Cléia dos Santos Moraes
Advisor: Dr. Marcelino de Souza
Santa Maria, november 10, 2006.

This research evaluate the level and composition of the budget , as well the welfare of the families who are part of the Linha Stein colonial route, and work with rural tourism, as well the neighboring families that doesn't work with rural tourism. To the evaluation was prepared an instrument to collect the data to survey the incomes and the pointers of welfare of the families. The used methodology contemplated the qualification of the families in agreement the activities that were developed by its members. The results show that the families who are part of the script, as well as that do not make part, are in its majority pluriactivity and its incomes are composed with priority for the agricultural income, being that the not-agriculturist income offers an important contribution. One also verified an important participation of the source retirements and pensions in income. About the welfare of the families, in all of them was found a high level. The profile of the tourists indicated for the entrepreneurs was, mainly, of people of third age that travel in groups searching for tranquility. The activity of rural tourism provided to the families an increment in the income and a good level of welfare. These had been extended, indirectly and some times directly to the families who do not work with rural tourism that are part of the community.

Key-words: rural tourism, income, welfare.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
1.2. Objetivos	15
1.2.1 Geral	15
1.2.2. Específicos.....	15
2. O desenvolvimento e o desenvolvimento rural: índices de medidas e estratégias.....	16
2.1. Alguns indicadores para a mensuração de desenvolvimento, nível de vida e nível de bem-estar.....	21
2.1.1. Os indicadores e suas relações	22
2.2. Bem-estar e renda	23
2.2.1. A pluriatividade e o bem-estar.....	25
2.3. O turismo rural como alternativa para o bem-estar.....	27
2.4. Demanda para o turismo rural, bem-estar também para os turistas.....	32
3. METODOLOGIA UTILIZADA.....	34
3.1. A pesquisa.....	34
3.2. Contatos, visitação e coleta dos dados.....	34
3.3. Unidade de análise: família.....	36
3.4. Análise dos dados.....	37
3.5. A localidade da pesquisa.....	40
3.5.1. Turismo em Salvador do Sul.....	41
3.5.2. Rota Colonial Linha Stein.....	43
3.6. Atrações da Rota Colonial Linha Stein.....	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
4.1. Caracterização geral das famílias	48
4.2. Formas de ocupação dos membros das famílias	56
4.3. Composição das rendas familiares.....	60
4.4. Análise do bem-estar das famílias	68
4.5. O perfil do turista na visão dos empreendedores de turismo rural.....	72
4.5.1. Relevância sobre a apresentação dos resultados.....	72
5. Conclusões.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	84
ANEXOS.....	89

1. INTRODUÇÃO

A globalização vem causando efeitos que podem ser observados em todos os setores da sociedade, seja cultural, religioso, político ou econômico. Esses efeitos são sentidos e classificados como positivos por alguns autores e estudiosos, mas negativos por outros. Enfim, estes efeitos têm sido alvos de entusiasmados debates, porém sem que se chegue a um consenso sobre o assunto. Nesse sentido, para uns, a globalização proporciona oportunidades com a finalidade de crescimento e enriquecimento, já para outros é fonte de empobrecimento e de exclusão.

Segundo Cristóvão e Miranda (2005), a globalização neo-liberal da economia mundial e da vida social em geral, e a pressão que ela exerce sobre os Estados, territórios e pessoas é um forte ingrediente nas crises territoriais e setoriais que se observam em muitos países nos mais diversos cantos do globo. Para estes autores, o valor central desta globalização é o crescimento da “massa monetária” e da economia, não o bem-estar social e o desenvolvimento.

Os efeitos da globalização no meio rural, levando em conta que esta tem sido dirigida pelos interesses financeiros e empresariais, podem ser vistos nos processos de abandono e de marginalização, derivados da concentração de recursos em espaços considerados mais produtivos e rentáveis. Dessa forma, a pobreza rural, bem como o aumento da miséria nas periferias urbanas, devido ao êxodo rural, vem sendo motivo de crescente preocupação para os Governos e sociedade em geral, já que essas condições trazem novas dificuldades e necessidades para as famílias rurais.

Com essas mudanças nas famílias, acontece uma modificação também em suas relações com o meio urbano e até mesmo com seus processos de produção, já que agora precisam ser diferenciados para que essas famílias possam se manter em suas atividades dentro e fora da propriedade rural. Assim, estas famílias agora precisam buscar alternativas, a fim de que possam incrementar a sua renda. Isso é importante para que consigam então satisfazer as suas necessidades básicas de maneira a se manter vivendo no campo, em sua realidade, com sua qualidade de vida e sua cultura. Também estas alternativas precisam levar em consideração uma conscientização ambiental e social que vem ocorrendo nas últimas décadas entre os produtores familiares. Tais produtores agora se organizam para obterem condições de se manter no campo e com qualidade de vida, seja em

termos de valorização e reconhecimento cultural, seja em termos de conforto, aquisição de bens através do incremento da renda.

Assim sendo, podemos dizer que a globalização nos traz efeitos que podem ser considerados como proveitosos para o processo de desenvolvimento rural. Neste sentido, Bryden apud Cristóvão e Miranda (2005) afirmam que as mutações globais que afetam a sociedade são também portadoras de novas perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais. Neste contexto, o autor assinala o ganho de importância das noções de território e de identidade local e o conjunto de novas oportunidades, como acesso a novos mercados e atividades.

Essa diversificação das atividades internas e externas à propriedade, envolvendo um ou mais membros da família, denomina-se pluriatividade, que significa a ocupação de indivíduos com outras atividades, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção, no rural ou no urbano; a partir do momento em que não se ocupam mais em tempo integral da agricultura e ficam com tempo liberado para se ocupar de outras atividades, Leal (2004). Neste rol de novas atividades, surge o turismo rural, que hoje já vem sendo reconhecido como uma eficiente alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo muito e tomando importância nas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural, segundo Blos (2000:199):

... encontramos hoje na imprensa referências otimistas sobre a explosão da atividade turística rural em praticamente todas as regiões do país, de Sul a Norte. Na maioria das vezes, trata-se de reportagens e anúncios turísticos sem nenhuma vinculação ou justificativa para o desenvolvimento das comunidades onde se localizam esses negócios. É fundamental, entretanto, entender a dinâmica que se estabelece entre a idéia de imperativos de um projeto de desenvolvimento pela via do turismo... (Blos, 2000).

A capacidade de crescimento do turismo rural, como alternativa para os processos de desenvolvimento rural, são relativamente elevados. Segundo Simões (2003:15), esta tem sido uma atividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos. Ainda segundo este autor, a Organização Mundial do Turismo – OMT prevê um crescimento de 4% ao ano para o turismo internacional até o ano de 2010. O turismo rural também tem sido objeto de interesse na academia, onde se busca uma melhor compreensão dos aspectos ligados a esta atividade, como seus impactos nas famílias que a adotam e nas regiões onde ela é desenvolvida.

Também vêm sendo realizados estudos sobre em quais realidades o turismo rural se adapta e passa a ser definitivamente um vetor de desenvolvimento rural, que auxilia no desenvolvimento local¹ quando é trabalhado para o desenvolvimento das regiões aonde ele vem sendo implantado. Através dos anos, desde a primeira experiência, no Brasil, ocorreu em Lages-SC, em 1986, (Zimmermann, 1996), estes estudos foram se intensificando e se especificando.

Através destes estudos e demais discussões que surgiram, em forma de congressos nacionais e internacionais e documentos, como a Carta de Santa Maria que foi confeccionada em 1998, no primeiro Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, despertou-se o interesse pela temática. Pode-se perceber a importância que este assunto vem alcançando em termos de alternativa para o desenvolvimento rural, pois existem preocupações governamentais que estão impressas em documentos oficiais.

Também o turismo rural, pelo que se percebe, através da literatura existente sobre o assunto, pode ser um elemento muito satisfatório no sentido de provocar algumas melhorias em termos bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam. Como se sabe, o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que acontece também através de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente acaba aumentando o seu conforto, qualidade de vida e bem-estar².

Assim sendo, torna-se coerente que se tenham estudos sobre os impactos do turismo rural no nível de bem-estar das famílias que adotam esta atividade. Existem muitas discussões e estudos realizados sobre benefícios que o turismo rural oferece às famílias, devido a algumas características que são intrínsecas à atividade, por exemplo, o resgate cultural, a valorização da cultura e costumes locais, preservação do meio ambiente, entre outros.

Porém, não existem estudos que especifiquem os impactos do turismo rural sobre o nível de bem-estar das famílias. Esses estudos são muito importantes

¹ O desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004), é um processo no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros.

² O bem-estar é um termo de difícil e variada conceituação. Porém, alguns indicadores são de consenso, como condições de moradia, educação, saúde e nutrição. Além destes, alguns autores utilizam e citam a renda média *per capita* como indicador de bem-estar, sendo que a mensuração pode-se dar através somente deste indicador, o que mostra também a importância da renda como variável de bem-estar.

para que se consiga uma eficaz intervenção, inclusive na obtenção de políticas específicas para esta atividade, proporcionando um adequado desenvolvimento desta atividade. São necessários estudos que mostrem a real importância do turismo rural para as famílias rurais e para o desenvolvimento destas, da comunidade e da região.

É importante que se conheçam os aspectos da atividade de turismo rural, os quais são relativos aos impactos dessa atividade na qualidade de vida das famílias, que a introduzem em suas propriedades. Em especial, é preciso saber: que mudanças são causadas pelo desenvolvimento desta atividade, bem como quais impactos o turismo rural acaba causando na composição da renda destas famílias e nas atividades desenvolvidas por elas? Outro aspecto importante é o comportamento da produção agropecuária destas famílias e a forma como estas atividades são vistas após a adoção da atividade de turismo rural.

As atividades agropecuárias de produtores familiares têm suas peculiaridades, como, por exemplo, o fato da relevância na produção de alimentos para o autoconsumo. No espaço rural, a produção voltada para o autoconsumo humano adquire contornos específicos, principalmente, quando a produção principal é de alimentos básicos. É de especial interesse aquelas unidades de produção menores e menos capitalizadas, pois buscam a satisfação das necessidades familiares por meio da ampliação do cultivo local de produtos, entre eles, a produção de milho, feijão e arroz, bem como a criação de suínos e aves. Ainda, observa-se a fabricação de produtos artesanais que são utilizados pela família para a realização de suas atividades cotidianas ou para a decoração da moradia.

Com a introdução do turismo rural, nestas propriedades, esta produção de autoconsumo, principalmente, de peças artesanais passa a desenvolver um papel de produto para a comercialização aos turistas que visitam as propriedades. Da mesma forma, a produção de alimentos, nas propriedades, passa a ser produto que é comercializado de maneira direta aos consumidores finais, sem atravessadores, caracterizando uma mercantilização da produção de caráter familiar e, portanto, fazendo com que a família agora tenha complementação de sua renda.

Neste sentido, este estudo busca realizar uma análise do nível de renda e nível de bem-estar das famílias de um roteiro turístico no município de Salvador do Sul, a Rota Colonial Linha Stein. Para tanto, é proposto um comparativo entre as famílias que fazem parte da Rota e famílias vizinhas que não desenvolvem

atividades de turismo. Esse estudo é relativamente pequeno, devido às suas características, mas que pode servir como um incentivo e como subsídio para demais estudos, em amostras maiores e até mesmo com um maior aprofundamento nos assuntos aqui discutidos.

1.2. Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar o nível, a composição de renda e o índice de bem-estar resultantes do envolvimento dos pequenos agricultores, com atividade turística na Rota Colonial Linha Stein, no município de Salvador do Sul – RS.

1.2.2. Específicos

- Mensurar a ocupação, o nível e a composição da renda;
- Quantificar a dimensão de bem-estar social nas famílias;
- Comparar o nível de renda e o índice de bem-estar social entre as famílias que fazem parte do roteiro de turismo rural com outras que estão fora do roteiro.

2. O desenvolvimento e o desenvolvimento rural: índices de medidas e estratégias

Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, o termo desenvolvimento significa crescimento, progresso³. Mas, esta é uma palavra de difícil conceituação em termos sociais e, principalmente, diante da atual realidade, na qual se busca uma menor discriminação seja racial, cultural, religiosa, econômica, etc. e uma maior equidade entre as sociedades, sejam rurais ou urbanas. Neste sentido, cresce o entendimento de que o desenvolvimento não é apenas uma questão de crescimento econômico, mas que ele depende de outras variáveis, as quais tornem a vida da humanidade mais tranqüila e com maiores possibilidades de fazer suas escolhas. Segundo Blos (2000: 203), “a história tem mostrado que o desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que implique a melhoria da distribuição de renda ou de outros indicadores sociais”.

Em resumo, desenvolvimento indica a busca da humanidade por bem-estar, qualidade de vida, dignidade e uma convivência global pacífica e com equidade. Ou seja, a economia deve ser vista apenas como um instrumento, embora indispensável, para a compreensão das leis de movimento das sociedades modernas. As sociedades serão realmente dignas do projeto de busca de autonomia material e cultural do cidadão livre quando a economia se tornar uma esfera subsidiária da convivência humana.

Muitas maneiras de se tentar mensurar o desenvolvimento humano, social, econômico, rural, etc. foram utilizadas até hoje por autores e instituições de estatística. O desenvolvimento era mensurado há algumas décadas através do Produto Interno Bruto – PIB *per capita*, mas este acabou sendo insuficiente com a proposição de novos índices que incluem indicadores mais precisos. O desenvolvimento, na medida do possível, deve abranger mais que o crescimento econômico de uma população, ele deve combinar o aspecto econômico com outros aspectos de natureza, social, cultural, ambiental, etc.

Um dos índices mais aceitos hoje é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que foi idealizado e implementado como medida suplementar ao PIB *per capita* para a avaliação do desenvolvimento. Este índice foi lançado com a

³ sm.1. Ato ou efeito de desenvolver(se). 2. Crescimento, progresso.

publicação do primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990 (Kageyama, 2004). A idéia central deste índice é de que o desenvolvimento humano inclui o aumento da renda e da riqueza, mas também inclui outros bens e valores, nem sempre materiais, que fazem parte das aspirações das pessoas.

O conceito de desenvolvimento humano é bastante amplo, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil de 1996, publicado pelo PNUD. Segundo este relatório, o desenvolvimento humano pode ser definido como “o processo para ampliação da gama de opções e oportunidade das pessoas”. Este conceito se aproxima das discussões feitas por Sen (2000) em sua obra vencedora do Prêmio Nobel, intitulada “Desenvolvimento como Liberdade”. Para o autor, o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Então, sem as privações às liberdades, também se aumentam as oportunidades para as pessoas. Sen (2000) comenta que o IDH é apenas e inescapavelmente um índice bruto (“nu e cru”), mas deve ser um passo inicial para incentivar as pessoas a se interessar pelo rico conjunto de informações desagregadas que deram origem a ele.

Dentro do espectro do conceito de desenvolvimento humano, proposto pelo PNUD, estão presentes, em todos os níveis de desenvolvimento, três opções básicas: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

Mas, a compreensão de que o desenvolvimento envolve mais elementos que não são meramente econômicos, não significa que eles se contrapõem. Na verdade, em longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento, o qual implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento econômico e a produtividade é componente essencial desse processo (Relatório de Desenvolvimento Humano, 1996).

Fernandes et. al (2005) elaboraram um Índice Relativo de Qualidade de Vida, no qual buscou utilizar vários indicadores com o objetivo de que esse fosse mais amplo e, portanto, mais confiável que o IDH. Na visão dos autores, este índice é

composto por muito poucos indicadores, o que torna-o pouco confiável. Neste sentido, também, Anjos et. al (2005), buscam uma mensuração do nível de vida em quatro regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, ele utilizou 17 variáveis para a construção do índice.

A elaboração de índices e indicadores que nos promovam uma mensuração sobre o desenvolvimento e índices de nível, qualidade de vida e bem-estar são bastante discutidos por diversos autores, no âmbito do desenvolvimento humano. Mais especificamente, foi proposto por Kageyama (2004) um IDR (Índice de Desenvolvimento Rural). Para isso, a autora discute uma conceituação sobre o rural e o desenvolvimento rural, discutindo a partir de autores que tratam sobre o assunto⁴.

Segundo Kageyama (2004), no campo dos estudos rurais, três enfoques podem ser identificados para se conceituar o desenvolvimento rural, sendo eles o enfoque exógeno, o endógeno e um terceiro que consiste em uma combinação dos dois:

No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular e desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. (Kageyama, 2004).

Assim sendo, o desenvolvimento rural pode ser visto como fruto de atuação local das comunidades rurais, as quais se organizam e desenvolvem atividades que lhes permitam uma sobrevivência com dignidade e alguma qualidade de vida. Mas, também não se pode excluir a responsabilidade de entidades, governo e sociedade, em geral, em fornecer também subsídios para que esse desenvolvimento ocorra de maneira adequada, seja através de informações, de políticas específicas e ainda, de uma revisão de preconceitos e percepções da verdadeira realidade das áreas rurais.

Para Cavaco (2004), o desenvolvimento rural pode ser visto como:

⁴ Ver “Desenvolvimento Rural: conceito e um exemplo de medida”, 2004.

... essencialmente um problema de densidades: densidades de população (massa crítica de meios humanos), de actores e das suas relações, de iniciativas institucionais e privadas, de capacidade organizativa; densidade de actividade económica, de capitais, de mão-de-obra qualificada, de saberes e de competências, de criação de empregos, de infra-estruturas, de serviços, de centros urbanos, como lembram Baptista (1999) e Cunha (2004:258), para quem só existirá um mundo rural dinâmico se dispuser de uma estrutura urbana dinâmica e bem hierarquizada.

O desenvolvimento rural não é, então, uma questão apenas de subsídios à atividade agropecuária, mas sim de todo um rol de ações que proporcionem uma melhoria geral nas condições de vida das famílias que residem em áreas rurais. Essas ações devem fazer com que essas famílias tenham condições de se manter nessas áreas com qualidade de vida, mesmo que seja através de atividades não-agrícolas que lhes sejam lucrativas e lhe proporcionem certo bem-estar.

Na Europa, essa necessidade já foi constatada. Isso pode ser percebido nas discussões atuais sobre o desenvolvimento rural o qual passa obrigatoriamente por estes temas, sugerindo que as novas políticas sejam voltadas especialmente para a manutenção e subsídios a estas atividades. Isto já foi exposto pela Política Agrícola da Comum (PAC) no reconhecimento dos problemas criados pela agricultura intensiva e da multifuncionalidade do espaço rural⁵. Sobre isso, Nascimento (2005) diz que, em sua primeira fase, foram criadas as pré-condições para a manutenção das atividades não-agrícolas ou pluriatividade, embora este não fosse o objetivo de tais condições; e, em sua segunda fase, tal objetivo tornou-se explícito. Este interesse, segundo Nascimento (2005), se intensificou a partir do final dos anos 1980.

Cunha, apud. Cavaco (2004), diz que a política de desenvolvimento rural deve apoiar os agricultores, principalmente, nas suas estratégias de diversificação de atividades, de forma que eles se convertam cada vez mais em empresários rurais, através da criação de microempresas rurais, pluriatividade e plurirrendimentos.

Mas, o desenvolvimento dos meios rurais é um processo muito complexo, pois nele se encerram vários fatores e incertezas. Nele se conjugam forças globais de sentidos contrários e políticas regionais e nacionais com seus objetivos, medidas

⁵ Neste aspecto, Nascimento (2005) reforça que o interesse nestas atividades não-agrícolas a partir da segunda fase da PAC, se deveu também à “crise do sucesso” que ocorreu durante a primeira fase da PAC, através de uma superprodução que foi gerada a partir da política de garantia (para todos os produtores) de preços comuns elevados.

e ações específicas (Cavaco, 2004). O desenvolvimento rural deve ter como objetivo assegurar às famílias condições dignas de vida, com uma qualidade mínima de bem-estar. Neste sentido, torna-se importante que as condições mínimas sanitárias e de higiene de que estas famílias precisam e a possibilidade de obter alguns bens essenciais, atualmente, sejam observadas, ou seja, estas famílias devem ter certo poder aquisitivo. O desenvolvimento deveria prover a estas famílias estes aspectos. Assim, para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos – OCDE, um elemento chave do desenvolvimento rural é a criação de empregos (Kageyama, 2004).

Para Cavaco (2004), o desenvolvimento deve assegurar a melhoria de vida e bem-estar das populações e das suas capacidades para determinar seu futuro: rendimento *per capita*, mas também aptidões pessoais e modos de produção. Desenvolvimento envolve mais elementos além do econômico, porém, este, sem dúvida alguma, é um indicador bastante forte como pode ser observado na citação da própria autora quando afirma que o desenvolvimento passa sim pelo rendimento *per capita*. Mas, este elemento econômico evoluiu ao longo dos tempos, e agora se apresenta não como dependente exclusivamente de rendimentos, mas dependente ainda de sustentabilidade. Segundo Covas, apud. Cavaco (2004):

A economia agro-rural evoluiu da economia camponesa à economia agro-alimentar, à economia biotecnológica e à nova economia eco-rural pós-moderna. Nesta, valoriza-se a (...) reposição da biodiversidade, pluralidade das fontes energéticas, sustentabilidade dos processos e dos recursos naturais, qualidade dos alimentos e solidariedade dos grupos humanos, das regiões, dos países (p. 49).

Torna-se claro, então, que o desenvolvimento rural deve abranger as necessidades das famílias rurais em termos de incremento de renda, acesso a informações, e melhoria geral das condições de vida, proporcionando um bem-estar para estas famílias.

2.1. Alguns indicadores para a mensuração de desenvolvimento, nível de vida e nível de bem-estar

Para a mensuração dos índices de desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida, diferentes metodologias são utilizadas, de acordo com o autor ou a instituição que está elaborando o índice. Estas metodologias empregadas são bastante distintas entre si, sendo que a mais simples é aquela realizada através de uma média aritmética entre os indicadores utilizados.

Para a formulação de um índice são utilizados indicadores que também variam entre si, mas que em sua base se repetem nas variadas metodologias para elaboração de índices. Mesmo nos índices de desenvolvimento, alguns indicadores que são utilizados, podem ser considerados para a elaboração de um índice de menor abrangência como o de bem-estar ou de qualidade de vida.

Os principais indicadores utilizados para a mensuração de índices, seja de desenvolvimento, seja de qualidade de vida ou bem-estar, são o nível de escolaridade, renda *per capita*, acesso a atendimento médico e odontológico, saneamento básico e acesso a bens essenciais. Os indicadores citados são os principais e que geralmente estão presentes em qualquer formulação de índices de bem-estar, qualidade de vida ou desenvolvimento,. Mas além deles, outros são utilizados de acordo com o tipo de índice, o grau de especificidade que se deseja em relação ao índice, bem como o grau de aprofundamento da pesquisa, a qual se deseja realizar.

Para o cálculo do IDH, por exemplo, além destes indicadores, são utilizados alguns outros, como: taxa de natalidade, taxa de mortalidade infantil, produtividade do trabalho, questões relacionadas a gênero e idade, trabalho infantil, densidade demográfica entre outros. Muitas vezes, são utilizados conjuntos de indicadores que formam um índice de menor abrangência para por fim darem origem ao índice final com maior abrangência, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Rural – IDR, proposto por Kageyama (2004). Esta autora utiliza quatro índices para o cálculo do IDR, sendo eles o índice de população e migração, que é formado por indicadores como densidade demográfica, variação da população rural em um determinado período, entre outros; o índice econômico, que é formado por indicadores, como renda domiciliar *per capita*, pluriatividade e produtividade do trabalho na agricultura; ainda o índice de bem-estar, que é formado por indicadores como domicílios com

instalação sanitária, domicílios com telefone, anos de estudo, etc. e por fim o índice de meio ambiente, composto por dois indicadores que são ausência de monocultura e conservação de solos.

Assim, a utilização de indicadores dos índices varia de acordo com os objetivos propostos. No trabalho de Anjos et. al., (2005), os 17 indicadores utilizados foram denominados de variáveis, sendo que todas se referiam ao acesso a bens essenciais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE utiliza também os principais indicadores para o bem-estar: nível de educação, renda *per capita*, saneamento básico e acesso aos bens essenciais e, em sua publicação intitulada Síntese dos Indicadores Sociais⁶, discute o papel destes indicadores no bem-estar das famílias e no desenvolvimento social e humano.

Também a relação entre estes indicadores aponta para uma melhor ou pior situação em termos de qualidade de vida e bem-estar, por isso, se torna importante, também que se faça este confronto entre os resultados de cada índice, para que se tenha idéia de quais mais se relacionam.

2.1.1. Os indicadores e suas relações

A relação entre os indicadores de índices de bem-estar e desenvolvimento é bastante profunda. No caso da educação, por exemplo, este indicador é um dos que mais influenciam nas condições de vida das famílias e das populações quando relacionado com os demais indicadores. Pois, em populações e famílias, nas quais se encontra um nível educacional mais elevado, encontra-se também, menores níveis de fecundidade e mortalidade, em função, por exemplo, do maior acesso e entendimento das pessoas sobre as práticas de planejamento familiar, o que mostra a íntima ligação entre os mesmos (Síntese de Indicadores Sociais 2004/IBGE).

Um elevado nível de educação indica ainda uma redução da pobreza e das desigualdades, já que uma população mais educada é capaz de participar mais ativamente da vida social, política e cultural do país, fazendo com que as

⁶ Publicação onde pode ser encontrada a síntese de todos os indicadores utilizados pelo IBGE para a mensuração de Índice de Desenvolvimento Humano, bem como as demais estatísticas realizadas por este Instituto para o Brasil. Estas publicações são feitas por ano de pesquisa e nela estão dispostos resumos sobre os resultados encontrados por região e Estados da Federação, bem como tabelas e gráficos com a apresentação dos resultados.

desigualdades sejam amenizadas e diminuídas. Em última instância, portanto, a educação interfere diretamente na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas e das famílias, representando um valioso instrumento para as políticas de inclusão social (Síntese de Indicadores Sociais 2004/IBGE).

Outra relação importante entre indicadores sociais para bem-estar e desenvolvimento é o nível de escolaridade e o nível de renda. O IBGE aponta para um maior nível de escolaridade, entre a população que possui um nível de renda mais elevado, chegando a uma diferença de mais de 6 anos de estudo entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no Brasil (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996). A educação também possui uma íntima relação com a idade das pessoas componentes das famílias, sendo que, no Brasil, as estatísticas do IBGE mostram que a população mais velha possui um menor nível de escolaridade.

Da mesma forma que a escolaridade, o nível de renda também está relacionado com a idade dos componentes da família, pois a colaboração dos idosos para a renda domiciliar, através de transferências sociais, como aposentadorias e pensões, é bastante significativa. O acesso a bens essenciais também está muito ligado ao nível de renda domiciliar, sendo esse indicador caracterizado por acesso a bens como geladeira, fogão, televisor, telefone, etc.

2.2. Bem-estar e renda

Uma boa qualidade de vida é, sem dúvida alguma, um indicador eficaz do bem-estar de uma pessoa, família ou comunidade. Mas, o que proporciona uma boa qualidade de vida? Esta questão está bem relacionada com o poder aquisitivo, apesar de não se encerrar somente neste. O bem-estar, no sentido em que foi aqui considerado, consiste em obter bens e elementos que proporcionem uma qualidade de vida. Estes, na grande maioria das vezes, têm um custo associado a sua aquisição. Para muitos autores, é o acesso a estes bens que proporcionam uma melhor ou pior qualidade de vida, pois, segundo Correia apud. Cavaco (2004):

... a qualidade de vida envolve acesso a bens e serviços básicos (ensino, saúde) culturais e de lazer, mesmo com atividades 'itinerantes' (Internet, televisão por cabo, teletrabalho, que são desterritorializadas), qualidade ambiental, modos de vida tranquilos...

É difícil uma adequada formulação de conceito que abranja amplamente todos os aspectos que estão relacionados ao bem-estar de um indivíduo ou uma comunidade. Muitos autores discutem sobre o assunto, mas poucos tentam mensurar esta questão. Aqueles que o fazem tentam aproximar tanto quanto possível seus indicadores da realidade de uma qualidade de vida e conseqüentemente um bom nível de bem-estar. A melhoria da qualidade de vida ocorre também, através de avanços no nível educacional de uma família, de um adequado acesso a atendimento médico, odontológico, hospitalar, de melhorias em suas condições de saneamento básico, de melhorias em sua nutrição, de acesso a bens essenciais, de acesso à cultura e ao lazer. Para a obtenção destes itens, é necessário que se tenha um nível de renda adequado, pois estes itens estão associados a um custo.

Portanto, é seguro dizer que o rendimento e o nível de renda de uma pessoa, família ou comunidade é um bom indicador de bem-estar, então, o rendimento familiar total, ou seja, a reunião das rendas de seus membros para a organização de um orçamento comum é um parâmetro do bem-estar da família, especialmente, na sociedade brasileira, onde a oferta de serviços básicos, como saúde e educação ainda não são suficientes para garantir um desenvolvimento pleno de seus membros. O rendimento adquirido pela família é basicamente o que define suas possibilidades de bem-estar, utilização de bens e serviços, além do consumo (Síntese de Indicadores Sociais 2004/IBGE).

Neste contexto, uma mensuração do nível de bem-estar, utilizando a renda como um forte indicador, tem sua justificativa para que se obtenha um índice que seja confiável. Em termos de família, a renda *per capita* torna-se, então, um indicador autêntico. A renda, como já foi descrito, pode ser considerada um indicador adequado. Ele está relacionado com praticamente todos os demais indicadores utilizados para mensuração de bem-estar, devido a todos os aspectos aqui discutidos de melhorias no acesso aos bens e serviços essenciais através de um melhor nível de renda.

Alguns autores indicam a renda *per capita* como um bom parâmetro de avaliação de bem-estar das famílias. Segundo Leal (2004: 52), essas rendas determinam a capacidade monetária das pessoas em adquirir bens e serviços. É também pela renda *per capita* que se medem os níveis de pobreza, segundo o IBGE. É este tipo de renda que indica qual é o poder de cada integrante da família ou comunidade em adquirir e acessar os bens e serviços essenciais e demais bens que lhe proporcionem alguma satisfação.

2.2.1. A pluriatividade e o bem-estar

As diferenças que ocorrem no Brasil, em termos de desenvolvimento, são bastante grandes e são identificadas nas estatísticas publicadas sobre o país. Essas disparidades ocorrem entre os estados e regiões do país, como podem ser confirmadas quando se analisam os índices de IDH do Brasil, que mostram uma forte desigualdade, pois revelam, segundo os resultados relativos aos IDHs dos estados, a existência de três “Brasis”, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (1996):

(i) o primeiro – constituído pelos estados do Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo – apresenta elevado nível de desenvolvimento humano, segundo os parâmetros definidos pelo PNUD para comparações internacionais; (ii) o segundo – uma faixa que se estende na direção noroeste, a partir de Minas Gerais, compreendendo os estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima, e também o Amapá – situa-se na camada superior do estrato de desenvolvimento humano médio; (iii) o terceiro – reunindo o Pará, o Acre e os estados da região Nordeste – apresenta nível mais reduzido de desenvolvimento humano.

Essas diferenças são também bastante evidentes quando se observam as informações sobre as populações rural e urbana. A primeira sempre apresentou menores possibilidades de acesso a bens e serviços essenciais. Além disso, constata-se que uma forte discriminação sobre o meio rural sempre se fez presente na realidade brasileira, tendo o meio rural como um local isolado e de produção de alimentos⁷, sem a concepção de que nele vivem pessoas e famílias que possuem

⁷ O que ocorria quanto ao meio rural até as últimas décadas era uma visão estereotipada deste, que não passava de um local onde se produziam alimentos e viviam pessoas sujas, mal vestidas e com pouca sabedoria, o “Jeca Tatu”. Esta visão mudou nos últimos anos com o retorno da população urbana aos meios rurais em busca de suas origens ou somente de descanso e lazer.

também o direito a acesso a todos os bens e serviços, os quais são oferecidos à população urbana. Essa disparidade entre urbano e rural vem se modificando apesar dos fortes processos de êxodo rural e agrícola, ocorridos nas últimas décadas. Pouco a pouco, vêm surgindo alternativas para a melhoria na qualidade de vida desta população.

Segundo Kageyama (2001), citando alguns autores, a pluriatividade e as rendas não-agrícolas são mecanismos que podem viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo, contribuir para a fixação da população no meio rural, aliviando a pobreza rural. Atualmente, várias pesquisas afirmam que a grande maioria dos produtores familiares possui, em sua renda familiar total, a participação de rendas não-agrícolas, sendo então caracterizadas como famílias pluriativas. Estas atividades pluriativas permitem que as famílias possam satisfazer seu desejo de continuar no campo, através do incremento na renda. Tais rendas possibilitam a essas famílias sua manutenção no meio rural, bem como um incremento em sua qualidade de vida, equiparando-se às suas congêneres urbanas.

As famílias rurais e mesmo os jovens que compõem estas famílias têm um sentimento relativo à terra e ao meio rural não somente de um local para retirarem seu sustento, mas um sentimento de identificação com o modo de vida que caracteriza o meio rural. Neste contexto, Brumer apud Maestrelli (2002) afirma que a terra possui para o agricultor e sua família duas dimensões, a dimensão real e a simbólica. Na primeira, a terra se refere às suas possibilidades de moradia e meio de produção para a sua subsistência. Na segunda dimensão, a terra diz respeito à determinação de sua identidade, de sua relação com a natureza, com os mitos e com os valores a ela conectados. Então, a terra representa não somente um meio de produção, mas, além disso, ela significa segurança.

Assim sendo, quando surgem oportunidades para que essas famílias consigam se manter no campo, com seus afazeres, culturas e costumes, e com um complemento na renda que lhes proporcione condições para a obtenção de bens e serviços que lhes garantam uma qualidade de vida, essas são sempre válidas para uma melhoria no bem-estar destas famílias. Conseqüentemente, há um maior desenvolvimento rural para essas áreas.

Esse efeito está atualmente se confirmando através de algumas pesquisas, embora estas sejam ainda muito escassas. Anjos (2005), em seu trabalho sobre a agricultura familiar e nível de vida, obteve resultados em que o índice de nível de

vida, em propriedades exclusivamente agrícolas, foi menor do que em propriedades que são classificadas como pluriativas.

2.3. O turismo rural como alternativa para o bem-estar

Uma das atividades mais promissoras à pluriatividade é o turismo no espaço rural, “que foi implantado, pioneiramente no Brasil, no município de Lages, SC, desde 1986. Esse turismo teve origem na necessidade de se criar um produto turístico para o município como alternativa econômica, bem como proporcionar uma nova fonte de renda ao produtor rural” (Zimmermann, 1996).

Mas, o turismo rural também tem vantagens além da geração de renda complementar e ocupação. Ele pode proporcionar algum aumento no bem-estar da família, através da melhoria nas condições de acesso a bens e serviços essenciais. Porém, o bem-estar apesar de ser mensurado também com este indicador, a renda, é composto por mais elementos. Ele então é tomado não somente como crescimento econômico, mas atinge também questões sociais, como a preservação ambiental, patrimonial e cultural. Tais itens são características da atividade de turismo rural. Além destas características que satisfazem alguns itens relacionados ao bem-estar, o turismo rural atende ainda outros itens como o intercâmbio entre as diferentes culturas que se envolvem durante a atividade, a questão de uma vida saudável através do consumo de alimentos produzidos naturalmente, e da convivência em um ambiente natural, calmo, relaxante. Com isso, aumenta a qualidade de vida, conseqüentemente, o bem-estar do turista, bem como das famílias envolvidas com o turismo rural.

Neste sentido, a atividade de turismo rural é impregnada de alguns aspectos que devem ser observados para o sucesso do mesmo, como, por exemplo, a preservação de meio ambiente, de patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico e também dos patrimônios naturais. Assim, a atividade pode vir a atender os demais pressupostos do desenvolvimento.

Outro benefício do turismo rural que pode ser citado é o resgate cultural que acontece com a adoção da atividade, pois o turismo rural exige um destaque à cultura local e regional, bem como a diversidade natural da região. Pode desta maneira, contribuir para a reorganização social e econômica local a partir do

momento em que oferece benefícios diretos à população local, a qual participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo (Schneider e Fialho, 2000: 35).

O intercâmbio que ocorre entre a família e os visitantes, que vêm das mais diversas localidades e países e fazem parte de variadas culturas e realidades, promove uma rica troca de experiências. Além disso, oportuniza também aos jovens uma ocupação capaz de assegurar um tempo maior ao lado da família e uma troca de experiências através do contato com diferentes pessoas, o que tem um reflexo direto e positivo em termos de redução do êxodo rural (Souza, 2004: 19).

Uma importante observação que deve ser relatada, em função da adoção do turismo rural, é que além dos benefícios advindos do incremento de renda que ocorre, devido aos outros aspectos inerentes à atividade, mais indicadores de bem-estar são atendidos. Por exemplo, isso ocorre através da relação, bastante forte, entre a atividade de turismo rural e saneamento básico. Segundo Camolese (1999):

enquanto um explora racionalmente o meio, gerando cultura, lazer, entretenimento e receita, o outro oferece condições para que tudo isso possa ocorrer em ambiente saudável, sem poluição e sem risco de contaminação por doenças de veiculação hídrica.

Além disso, outros fatores relacionados ao bem-estar são gerados a partir do desenvolvimento de atividades de turismo na propriedade familiar, como criação de empregos. Cristóvão (2002) cita ainda a criação e/ou modernização de pequenas unidades de fabricação de produtos agroalimentares. Dinamização ou consolidação de centros de formação e escolas profissionais surgirão como decorrência do desenvolvimento das atividades de turismo rural, o que poderá ocasionar uma melhoria nas condições de vida da família envolvida com a atividade, através de um acesso ao conhecimento e conseqüentemente progressos no nível educacional. O intercâmbio ocorrido entre família receptora e visitante proporciona um avanço nas condições de trabalho da primeira. Segundo Souza (2004), uma das principais características do turismo rural é de proporcionar às famílias empreendedoras um bem-estar perceptível vinculado a melhores condições financeiras, o que podemos confirmar a partir do momento em que esta atividade possibilita a comercialização de produtos diretamente ao consumidor final, no caso o turista, ocasionando uma complementação na renda familiar total.

Também não se pode deixar de observar que, a partir da adoção de algumas benfeitorias para a recepção do turista, conseqüentemente, haverá uma melhoria nas condições de moradia da família em si e, portanto, no seu bem-estar. Estas melhorias, decorrentes da organização das famílias rurais, e, muitas vezes de comunidades, que estão envolvidas direta e indiretamente na atividade do turismo rural, podem influenciar também nas políticas públicas locais e até mesmo regionais.

Outro efeito importante da atividade turística no meio rural é segundo Campanhola & Graziano da Silva (1999), um avanço indireto do setor agrícola, por meio da potencialização da demanda por produtos de qualidade típicos de cada região, como, por exemplo, mel, queijos, embutidos, bebidas típicas, etc.

Guzzatti et al. (2000), em trabalho realizado nas encostas da Serra Geral no Estado de Santa Catarina sobre o agroturismo, como uma alternativa para o desenvolvimento rural, constataram que a organização dos produtores com a assistência de associações que foram surgindo, tiveram uma oportunidade de bem sucedida experiência. Foi constatada uma crescente demanda por seus produtos agro-ecológicos com a implantação de agroindústrias para o processamento dos produtos. Os autores concluíram que:

O agroturismo, dada à sua natureza abrangente da atividade turística, pode ser considerado como o elemento através do qual permeiam todas as demais ações conduzidas, garantindo a complementaridade. Desta forma, a agroindústria e a agroecologia tornam-se parte dos atrativos que motivam a visitação turística na região, garantindo, ao mesmo tempo, ao turista a diversidade de opções e a possibilidade de consumir produtos saudáveis e aos agricultores a possibilidade de comercializar seus produtos, com valor agregado, diretamente ao consumidor.

Dutra et al. (2000), em trabalho realizado no município de Agudo, no estado do Rio Grande do Sul, sobre o agroturismo como alternativa de desenvolvimento para o município, afirmam que alguns produtores complementaram suas atividades agrícolas com a exploração dos recursos naturais, como cascatas, rios, vales, morros, etc. concluindo que “a atividade turística, paralela ao trabalho rotineiro do agricultor, tem como resultado o aumento da renda familiar através do estímulo à aquisição de produtos artesanais e aqueles relacionados com as atividades do meio rural, como ferramentas, objetos de decoração, produtos alimentícios, bebidas, etc”.

Mas, no contexto da discussão da melhoria de renda e bem-estar dos envolvidos em atividades de turismo em áreas rurais, existem autores, os quais

afirmam que a contribuição desta atividade não traz tantos benefícios para os produtores familiares. Cavaco (1999) e Joaquim (1999) apud. Figueiredo (2003) afirmam que, no caso português, os efeitos econômicos ambientais e sociais do turismo rural têm pouco significado, limitando-se a gerar benefícios para uma pequena fatia da população rural.

A atividade de turismo rural, então, pode ser concebida como uma alternativa viável para o desenvolvimento local e rural, mas sendo considerado que se encontra restrita a determinadas situações cujas características naturais existentes são propícias seu desenvolvimento. Ou seja, a localidade necessita de requisitos mínimos para o desenvolvimento do turismo rural, como atrativos naturais, uma cultura marcante e uma conscientização da comunidade sobre seu papel, sua cultura, sua história. A comunidade, na medida do possível, precisaria ter, segundo Schneider e Fialho (2000):

... aspectos culturais bem desenvolvidos, o que implica oferecer ao visitante uma arquitetura apreciável, uma gastronomia característica e que a população conserve seus hábitos e costumes, tornando a região rica e atraente como um todo.

Sem estes requisitos, e um planejamento das atividades de turismo rural, esta tem grande possibilidade de fracassar. Então, consideramos que o turismo rural pode trazer influências negativas para as comunidades rurais. Existem casos em que agentes, geralmente externos, vêm para o meio rural em busca de uma exploração unicamente econômica privada, fazendo com que o meio rural e sua população sejam apenas coadjuvantes neste processo (Schneider e Fialho, 2000).

Outro fator a ser observado é que, muitas vezes, o turista que procura a propriedade rural para visitar, seja por um dia, uma temporada ou mesmo durante suas férias, nem sempre está interessado em participar ou mesmo em ver as atividades agropecuárias, que são cotidianas na família rural. Ele pode apenas buscar um lugar calmo onde possa descansar. Isso pode levar, muitas vezes, a família a enfraquecer ou mesmo abandonar por completo a agricultura, fazendo com que o turismo se torne a sua única fonte de renda, o que remete a um grande problema para a manutenção da propriedade, já que o turismo rural tem como uma de suas características, a sazonalidade. Ou seja, os períodos de maior procura destes serviços são restritos a algumas datas relacionadas com: estações do ano, férias, festas típicas, etc.

Neste contexto, é importante também que se observe sempre todos os aspectos em que o turismo rural pode influenciar de maneira positiva ou negativa. Esta atividade pode, por exemplo, descaracterizar social e culturalmente uma localidade, no momento em que ela provoque alguns efeitos e entusiasmos sobre as demais atividades econômicas que são desenvolvidas na localidade. Neste sentido, ele pode fazer com que haja um abandono das demais atividades econômicas que são culturalmente desenvolvidas na localidade. Por exemplo, isso acontece quando, nos meios de hospedagem é oferecido um excesso de leitos, o que poderá fazer com que o turismo passe a ser praticamente a única fonte de renda do local, caracterizando, então, esta localidade através de uma mono-economia (Rangel, 2000).

Já é bastante discutido e amplamente difundido na literatura que o turismo rural se apresenta como uma atividade complementar às atividades agropecuárias da família rural. Em estudos de composição de renda, constatou-se que a participação da renda provinda das atividades de turismo rural é apenas complementar e que a renda das atividades agrícolas ainda é a maior renda na composição da renda familiar total. Porém, como a maioria dos agricultores familiares não possui um controle eficaz sobre seus custos e receitas, muitas vezes, eles não percebem esta realidade e podem acabar enfraquecendo ou abandonando a atividade agrícola em função das atividades de turismo rural, o que pode fazer com que o empreendimento acabe não conseguindo se manter por longo tempo.

O turismo rural não pode, de maneira alguma, ser considerado como a solução para os problemas do campo, ou seja, ele não consiste na “salvação da lavoura”. Para que ele se torne definitivamente um fator de desenvolvimento, ele precisa ser contemplado em um plano econômico estratégico, em nível local e/ou regional, sendo que este plano deverá considerar os aspectos relacionados com o desenvolvimento social, econômico, ambiental, físico e administrativo, estimulando a diversificação de base econômica, por meio de atividades complementares (Ruschmann, 2000).

O turismo rural então, se torna uma alternativa viável e um importante instrumento para o aumento da qualidade de vida e bem-estar das famílias que o introduzem em suas propriedades e, conseqüentemente é uma das alternativas para o desenvolvimento rural. Desta maneira, o turismo rural poderá se tornar uma

ferramenta para a valorização e preservação cultural, ambiental, social e crescimento econômico.

2.4. Demanda para o turismo rural, bem-estar também para os turistas

A demanda das pessoas para o turismo rural está geralmente relacionada com uma melhor qualidade de vida e bem-estar, pois quando um turista busca este tipo de turismo, ele geralmente está buscando um local para descansar e desfrutar de produtos naturais.

Os grupos de turistas, ou mesmo famílias que buscam o turismo rural, além do conhecimento, quando estes não têm contato com o modo de vida rural, buscam também produtos naturais e um maior contato com a natureza; buscam a calma do meio rural que lhes proporciona um descanso da vida agitada dos centros urbanos.

Então podemos dizer que acontece hoje uma valorização do meio rural como ambiente que causa, por suas características intrínsecas, uma melhor qualidade de vida. Os turistas buscam agora esta tranquilidade e esta melhor qualidade de vida. A procura por este tipo de serviço faz também com que as famílias de produtores rurais, que abriram as portas de suas propriedades à visitação, se sintam valorizadas e capazes de “fornecer” qualidade de vida, o que pode ser considerado como um benefício para o bem-estar destas famílias, pois lhes proporciona um sentimento de satisfação.

Também o interesse dos visitantes na cultura e costumes destas famílias pode caracterizar um aumento em um dos indicadores de bem-estar e qualidade de vida para os turistas, no momento em que lhes remete a um aumento de conhecimentos e conseqüentemente no nível educacional. Existe o pressuposto de que se estes grupos de pessoas que buscam o turismo rural o fazem porque possuem condições financeiras para tal, portanto, esse é um outro indicador de bem-estar para os turistas. Podemos deduzir, então que estes farão a aquisição de produtos naturais, já que esta é uma de suas demandas quando buscam pelo turismo rural, o que produzirá um aumento na renda da família que lhes acolhem.

Geralmente, os turistas que freqüentam as propriedades rurais vêm de localidades relativamente próximas, sendo esta uma característica do turismo rural, segundo Fronza da Silva (2005) e possuem diversas profissões. Também o turismo

rural atrai pessoas da terceira idade, por suas características de tranquilidade e qualidade de vida que já foram aqui descritas. Estes turistas, quando buscam esses serviços, demonstram interesse por conhecer a cultura local e, neste sentido, buscam as pessoas mais idosas das famílias que os recebem, em busca de informações e conhecimentos, causando para estas pessoas a sensação de valorização de suas sabedorias. Os idosos são importantes para o turismo rural no momento em que se tornam uma espécie de guardiões da cultura agrícola, Fronza da Silva (2005).

O turismo rural provoca então, uma melhoria na qualidade de vida das famílias que o desenvolvem, bem como para os turistas que o procuram, pois proporcionam tranquilidade, simplicidade e descanso da vida cotidiana, além de novos conhecimentos e trocas de experiências com pessoas de diferentes culturas.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

3.1. A pesquisa

A presente pesquisa se baseia nos pressupostos de um estudo quantitativo descritivo que pode ser definido como:

“investigações de pesquisa empírica que têm como principal finalidade o delineamento ou análise das características dos fenômenos, avaliação de programa, ou o isolamento de variáveis-chaves. Todos esses estudos usam artifícios quantitativos para colher sistematicamente dados de populações, programas, ou amostras de populações ou programas”, (Tripodi, et. al., 1981).

Este tipo de estudo deve obedecer alguns requisitos, que segundo Tripodi et. al., (1981) são: 1. o estudo não deve ser classificado como um estudo experimental; 2. ele deve incluir variáveis mensuráveis para que se possam utilizá-las em descrições quantitativas; 3. o estudo deve ter uma das duas finalidades relativas à busca de conhecimentos: a verificação de hipóteses ou a descrição exata de relações quantitativas entre variáveis selecionadas para inclusão na pesquisa.

A pesquisa descritiva, segundo Cervo e Bervian, (2002: 66), busca conhecer e descrever as diversas relações que ocorrem na vida política, social, econômica que ocorrem tanto com um indivíduo, tomado separadamente ou com grupos ou comunidades mais complexas.

Para a realização desta pesquisa, se utilizou uma amostra não-probabilística intencional que, segundo Almeida (1989), consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas. No presente caso, a amostra foi composta por um grupo de famílias que trabalha com a atividade de turismo rural, e com agricultura familiar, a Rota Colonial Linha Stein, do município de Salvador do Sul.

3.2. Contatos, visitação e coleta dos dados

Para a consecução dos objetivos propostos por esta pesquisa, foram seguidos os seguintes passos. Primeiramente, foi realizada uma coleta de dados secundários, através de documentos que continham informações sobre o município

de Salvador do Sul e da Rota Colonial Linha Stein, objeto direto do estudo. Foram assim, sistematizadas as informações sobre o roteiro turístico e sobre o município como um todo. As informações coletadas neste momento foram obtidas através de pesquisas na internet e através de folhetos e folders sobre a cidade e sobre o roteiro turístico, Rota Colonial Linha Stein. No site da Setur – Secretaria do Estado de Turismo foram encontrados documentos com a descrição de vários roteiros turísticos existentes no estado, com informações sobre ele, bem como contatos. Através de uma pesquisa nestes documentos, e de acordo com os objetivos propostos por esta pesquisa, foi escolhida a rota objeto de estudo deste trabalho.

Em um segundo momento, foi estabelecido um contato telefônico com pessoas responsáveis pela Rota Colonial, através do escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS – Ascar. As pessoas contatadas foram a Sra. Gledes T. Forneck, chefe do escritório municipal e o Sr. Edison Antônio Merib, técnico agropecuário do escritório municipal. A partir destes contatos, foram também acionados os responsáveis ligados à Prefeitura de Salvador do Sul que nos cederam outras informações e documentos sobre o município e suas características gerais.

A visitação ocorreu no período de 04 a 07 de abril de 2006, sendo que a coleta de dados (aplicação dos questionários) se concentrou nos dias 05 e 06. Foram visitadas 10 famílias ao total da pesquisa, onde se levantou dados das 5 famílias que estão inseridas na Rota Colonial Linha Stein, ou seja, que trabalham em suas propriedades com a atividade de turismo rural. O mesmo número de famílias, que são vizinhas a estas e que não estão inseridas no roteiro, foram também entrevistadas aleatoriamente.

Estas visitas ocorreram sempre com o apoio do escritório municipal da EMATER/RS – Ascar. Nestas visitas, pode-se entrevistar os componentes da família, para os quais era relatado o objetivo da pesquisa, bem como de que maneira ocorreria o preenchimento dos questionários. Então, estes foram aplicados pela pesquisadora aos proprietários dos empreendimentos de turismo rural e das propriedades que possuíam apenas atividade agrícola. Nos dias 04 e 07, foi feito pela pesquisadora um reconhecimento do local e das características do município, bem como contato com a prefeitura e demais entidades de interesse para os objetivos desta pesquisa. Ainda, nestes dias, foram realizados, principalmente, registros sobre os demais aspectos turísticos do município e da Rota Colonial. Estes

registros ocorreram sob forma de anotações e fotografias (apresentadas no anexo desta dissertação).

O instrumento que foi utilizado para coleta de dados constou de um questionário contendo perguntas com respostas fechadas, abordando especificamente o problema proposto pela pesquisa e algumas questões com respostas abertas sobre a demanda para as propriedades que adotaram a atividade de turismo rural. Este instrumento de coleta de dados, o questionário, já havia sido previamente testado quando houve a realização de uma outra pesquisa de maior abrangência, o Projeto Rurbano (fase III), coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola da UNICAMP (Universidade de Campinas), desenvolvido nos anos de 2001 e 2003.

3.3. Unidade de análise: família

No que diz respeito à unidade de análise utilizada, esta é a chamada família que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Essa opção metodológica se deve a duas razões: Primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos membros, o que leva ao fato de que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo naquelas regiões, onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, o fato de que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território⁸.

⁸ Para uma discussão mais aprofundada a este respeito, ver o trabalho de Brun (1989).

Neste trabalho, se considerou a família como unidade de análise. Esta foi composta de todas as pessoas residentes no domicílio que tenham algum grau de parentesco entre si (mãe, pai, filho, netos, genros, noras, etc.).

Posteriormente, foi realizada uma tipificação das famílias. A tipologia das famílias foi feita de acordo com os dados encontrados nesta pesquisa, para uma melhor análise destas. As famílias foram separadas em: pluriativas, que são as famílias em que pelo menos um dos membros trabalha com outra atividade além da agropecuária e, conseqüentemente, possui além da renda agrícola, uma renda não-agrícola, compondo sua renda familiar total; em famílias agrícolas, que são as famílias em que todos os membros trabalham exclusivamente com a atividade agropecuária e, portanto, não possuem renda não-agrícola. Ainda as famílias pluriativas foram ainda separadas em: pluriativa “1” (família que possui atividade agropecuária + atividade de turismo rural), pluriativa “2”, (família que possui atividade agropecuária + atividade de turismo rural + outra atividade) e pluriativa “3” (família que possui atividade agropecuária + outra atividade).

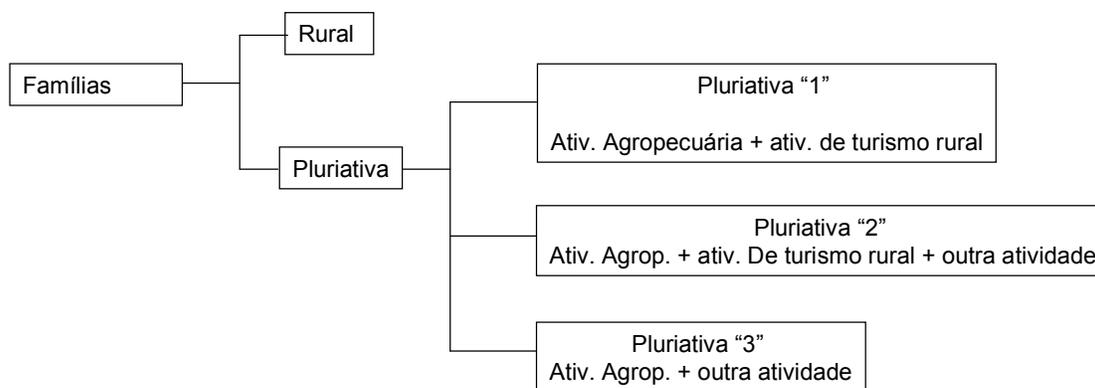


Figura 1. Tipificação das famílias pesquisadas.

3.4. Análise dos dados

O período que foi considerado de referência para esta pesquisa foi de setembro de 2004 até outubro de 2005 para que se pudesse contemplar um ano agrícola.

O nível de renda dos produtores foi obtido através de algumas das questões contidas no questionário, de maneira a se discriminar a origem da renda, observando se era oriunda de atividades agrícolas ou não-agrícolas, se era oriunda de aposentadorias ou pensões, ou ainda de “outras rendas”. Identificada a origem das rendas da família e do empreendimento, estas passaram por uma classificação para posteriormente, uma análise em relação às atividades desenvolvidas nas diferentes famílias.

A classificação da renda das famílias foi composta da seguinte forma: renda agrícola, a partir da qual foi contabilizada toda renda provinda de produção agrícola e de animais, como produtos finais e prontos para venda; a renda de autoconsumo da família, ou seja, tudo o que foi produzido e consumido na propriedade no período considerado. Renda não-agrícola, na qual foi contabilizada toda a renda da família que não provém da atividade agrícola ou pecuária. Entram nesta fonte, a renda obtida com a atividade de turismo rural e atividades desenvolvidas pelos membros da família que ocorrem fora da propriedade. Renda de aposentadorias e pensões, as quais são contabilizadas todas as rendas de transferência social, em especial as aposentadorias e pensões que os membros das famílias recebem. “Outras rendas” foram contabilizadas rendas que são obtidas com investimentos bancários, aluguéis de casas nas cidades, poupanças, etc.

Para a obtenção do índice de bem-estar das famílias pesquisadas, a análise teve como base o índice de bem-estar social (IBES), baseando-se em dois autores. Kageyama (2004) discute o índice de bem-estar social com algumas variáveis e o autor Ronaldo Garcia (2003) trabalha o grau de acesso dos domicílios rurais aos bens essenciais e grau de adequação relativa dos domicílios rurais com algumas variáveis diferentes das trabalhadas por Kageyama (2004).

O índice de bem-estar social, proposto por Kageyama (2004), descreve este índice como sendo composto por variáveis relativas ao município (que, no caso de seu estudo, foi a unidade de análise) como um todo. O IBES refere-se apenas à situação de bem-estar nos domicílios rurais. Para a mensuração deste índice, a autora utiliza os seguintes indicadores: proporção de domicílios rurais com instalação sanitária; proporção de domicílios rurais com telefone (fixo ou celular); número médio de anos de estudo dos moradores de 7 anos ou mais nos domicílios rurais e proporção de crianças de 7 a 14 anos nos domicílios rurais que freqüentam escola. É preciso levar em consideração que a utilização deste índice para a autora

era parte de um índice maior, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) que é composto, segundo Kageyama (2004), pela média entre os índices de população e migração; índice de economia; índice de meio ambiente e o índice de bem-estar social. Em seu estudo, a autora mensurou o IDR para o município de São Paulo.

No trabalho de Garcia (2003), o autor trabalha com o grau de adequação relativa dos domicílios rurais (Garr), onde se utilizam as seguintes variáveis: percentual de domicílios com água com canalização interna ligada à rede geral; percentual dos domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora ou fossa séptica); percentual de domicílios com banheiro de uso exclusivo; percentual de domicílios com coleta de lixo; percentual de domicílios com iluminação elétrica e percentual de domicílios com telefone. Neste caso do grau de adequação relativa dos domicílios rurais, o autor coloca pesos para as variáveis, pelos quais estas serão multiplicadas para que se obtenha o grau de adequação. Outra mensuração feita por Garcia (2003), neste estudo, foi a do grau de acesso relativo dos domicílios rurais aos bens essenciais (Gabe). A metodologia utilizada foi a mesma para o Garr, mas as variáveis são a existência no domicílio de: fogão; geladeira; filtro de água; rádio; TV e máquina de lavar roupa. Para a mensuração, o autor ainda utiliza alguns indicadores de acesso à assistência médico-odontológica que foram: o número médio de consultas por habitante/ano e o percentual de pessoas que nunca consultaram dentistas. Garcia (2003) faz uma comparação das variáveis medidas, entre domicílios rurais e urbanos, através das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs).

Para o presente trabalho, que tem por objetivo fazer uma comparação sobre o índice de bem-estar entre famílias que estão inseridas em um roteiro de turismo rural e famílias que não estão inseridas, se optou por fazer uma utilização de variáveis utilizadas pelos dois autores para chegar ao índice de bem-estar social. Então, para obtenção do índice de bem-estar social, nesta pesquisa foram utilizados os seguintes indicadores:

1. Instalação sanitária (água encanada, esgotamento, banheiro exclusivo),
2. Telefone
3. Escolaridade (média de anos de escola dos indivíduos com 7 anos ou mais, na propriedade)
4. Coleta de lixo

5. Eletricidade
6. Acesso à assistência médico-odontológica
7. Fogão
8. Geladeira
9. Filtro de água
10. Rádio
11. TV
12. Máquina de lavar roupa

A sistematização dos dados aconteceu da seguinte forma. Foi feito inicialmente o levantamento de informações dos indicadores. A partir disso, se atribuiu valores 1 para presença do indicador e 0 para a ausência do indicador, a média entre eles, ou seja, a soma de todos dividido pelo número total de indicadores foi então, o índice de bem-estar social daquela família. Para o caso da escolaridade, o método utilizado foi a medida estatística mediana entre os valores médios de anos de escolaridade entre os residentes em idade escolar nos dados coletados. Aos valores que ficaram acima desta mediana, foi atribuído o valor 1 e os que estiveram abaixo da mediana receberam o valor 0.

Para a análise dos dados, foi utilizado o programa Excel, no qual os dados foram tabulados. De posse desta tabulação, confeccionaram-se as tabelas com dados, os quais foram analisados e a partir da análise, foi feita a interpretação.

3.5. A localidade da pesquisa⁹

O município de Salvador do Sul situa-se na Região do Vale do Caí e distancia-se 100 km do município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Ele tem um total de 89,21km², sendo 87,01km² no meio rural e 2,2km² no meio urbano. Possui uma altitude média de 486m, topografia bastante acidentada, verificando-se regiões planas, onduladas e montanhosas com a ocorrência de vales. O clima é subtropical. A constituição da flora nativa baseia-se em mata atlântica,

⁹ Para a verificação destas informações e das que constam nos próximos itens deste capítulo, consultar o Relatório de Ações e Resultados 2005, do Escritório Municipal da EMATER/RS – Ascar do município de Salvador do Sul.

enquanto que, no reflorestamento, predominam as exóticas – acácia-negra e eucalipto.

O município conta com uma população de 6.039 habitantes, sendo que destes, 48,4% residem no meio rural.

A zona rural do município caracteriza-se pela presença de propriedades com estratos de menos de 5ha até 50ha, sendo que a maioria delas, 27,9% se encontra em estratos de 5 até 10ha, como pode ser visualizado no gráfico 1, portanto pode-se afirmar que são pequenos produtores rurais.

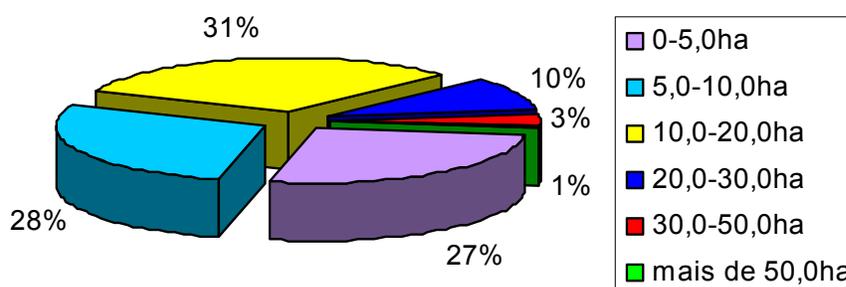


Gráfico 1. Perfil dos Produtores Rurais do Município de Salvador do Sul – RS.

Fonte: Relatório de Ações e Resultados 2005 do Escritório Municipal da EMATER/RS – Ascar.

A economia do município se baseia, em torno de 65% na atividade primária, 28% no setor secundário e 7% no terciário (Forneck, 2005). As principais culturas agrícolas desenvolvidas no município são: milho, feijão, arroz, citrus, batata-inglesa, aipim, amendoim e silvicultura. Os principais animais criados no município são bovinos leiteiros, aves de corte e piscicultura.

Da população do meio rural de Salvador do Sul, 77,6% se utiliza de água vinda de poços artesianos comunitários. Além disso, 90% desses moradores possuem fossa séptica e/ou sumidouro como sistema de esgoto. Quanto ao lixo das propriedades, mais de 50% queimam o lixo produzido, (Forneck, 2005).

3.5.1. Turismo em Salvador do Sul

O município de Salvador do Sul se localiza em uma região que lhe confere um clima serrano. Tem hábitos de cultura de origem germânica e a predominância

de agricultores familiares. Possui muitas belezas naturais, como montanhas, cursos e quedas d'água que tornam a região muito atraente. Quando a neblina cobre as montanhas, é promovido um belo espetáculo da natureza.

Salvador do Sul conta ainda com festas e uma arquitetura típica muito bonita. A arquitetura pode ser conferida nas casas em estilo enxaimel que compõem as comunidades rurais do município e algumas das construções da cidade, como é o caso de alguns armazéns que mantêm a tradição de venda de produtos, como feijão e milho à granel, além dos secos e molhados em geral e produtos, como fumo em corda, palha de milho, chapéus de palha, entre outros. Além disso, possui diversos casarões que compõem a comunidade urbana do município.

Como pontos turísticos, podem-se citar:

Casas Comunitárias: localizam-se no Parque Municipal, onde as famílias se reúnem nos finais de semana para a comercialização de produtos coloniais, como pães, biscoitos e bolachas feitas na hora e ainda salames, queijos, vinhos, sucos, chimiers, geléias entre outros. Para tanto, estas casas comunitárias contam em sua infra-estrutura com fornos de lenha, onde as bolachas, pães e demais produtos do gênero são assados no momento da comercialização;

Colégio Santo Inácio: foi iniciado em 1934 e inaugurado em 1937, momento em que abrigava o curso Seminarístico. Atualmente nele, sob a administração da UNISINOS (Universidade do Vale dos Sinos), são ministrados cursos de finais de semana de formação e capacitação jovem e de formação religiosa. No prédio, também funciona a Escola de Ensino Fundamental Santo Inácio de Loyola. Possui uma estrutura muito interessante, sendo guardião de muitas histórias de sua antiga construção. Durante a visita, pode-se ver toda a estrutura, a qual abrigava os seminaristas que ali viviam no período do curso Seminarístico, com uma cozinha onde os próprios seminaristas moradores preparavam seus alimentos. Além disso, nos corredores, existem fotos, nas quais se pode observar o prédio e toda a extensão de área que lhe pertence. Os padres que ali residem mantêm uma horta de onde retiram alimentos produzidos, bem como para a merenda dos alunos e ainda a produção de alguns animais, como gado de corte e leite para seu consumo sem a utilização de defensivos agrícolas para sua alimentação;

Hotel e Spa Candeeiro da Serra: este hotel se localiza no ponto mais alto da cidade, proporcionando ao visitante uma bela vista da cidade. Além disso, conta com uma infra-estrutura de lazer com piscina térmica, sala de jogos, academia, hidromassagem, salão de eventos e restaurante aberto ao público. Ele é bastante procurado para a realização de eventos como seminários, congressos, palestras e mesmo para encontros, tendo uma demanda também internacional. Este hotel oferece ainda programas de Spa Anti-stress e de Emagrecimento, com acompanhamento personalizado;

Erva-Mate Quebra-Galho: trata-se de uma propriedade rural localizada a 2km da cidade que se dedica à produção orgânica de erva-mate, através de processamento artesanal, sendo que o processo de soque é realizado através de um mecanismo totalmente idealizado pelo proprietário. Nesta propriedade, pode-se acompanhar o soque da erva-mate e ainda adquirir o produto diretamente da família;

Vinhos Dom Miguel: propriedade rural distante 700m da cidade que se dedica à produção colonial de vinhos, sucos, licores e geléias de uvas;

Pousada Kolonie-Gasthaus: esta pousada fica distante 3km da cidade, estando situada em meio rural, proporcionando um contato direto com a natureza. Oferece um atendimento personalizado e familiar. Possui uma infra-estrutura para a acomodação de hóspedes com quartos, banheiros e uma cozinha, onde o próprio hóspede pode preparar seu alimento, se assim o quiser. A propriedade ainda proporciona banhos de cascatas e trilhas ecológicas;

Koloniebackhaus: trata-se de uma padaria colonial que se situa a 7km da cidade. Produz pães,ucas, roscas e biscoitos e ainda possui uma produção orgânica de frutas e hortaliças para a produção de geléias, schimiers, conservas, compotas e licores.

Além destes pontos, a cidade conta ainda com a Rota Colonial Linha Stein e demais festas típicas com danças e gastronomia.

3.5.2. Rota Colonial Linha Stein

A Rota Colonial Linha Stein faz parte de um roteiro maior que abrange a microrregião de Salvador do Sul, o Roteiro Caminho das Velhas Colônias, do qual participam cinco municípios, sendo eles Barão, São Pedro da Serra, Maratá, Brochier e Salvador do Sul, conforme a figura 1.

Segundo as informações obtidas através do escritório municipal da EMATER/RS – Ascar, o município de Salvador do Sul foi o pioneiro na iniciativa do turismo rural, sendo posteriormente firmado o Roteiro Caminho das Velhas Colônias.

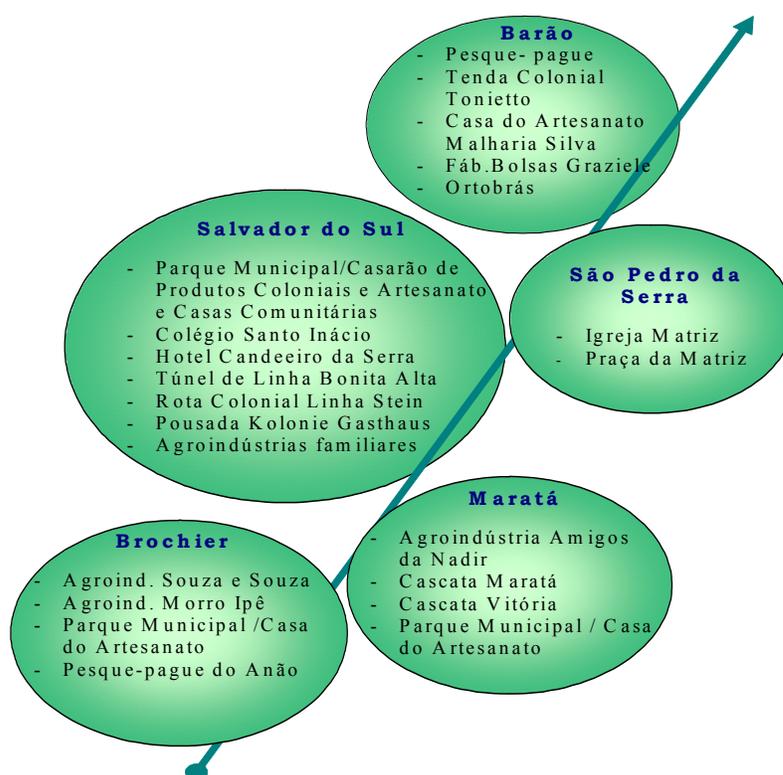


Figura 2. Roteiro Turístico Microrregional Caminho das Velhas Colônias

Fonte: Escritório Municipal EMATER/RS – Ascar de Salvador do Sul.

O presente estudo foi realizado com as famílias residentes na Rota Turística Linha Stein, que se localiza a aproximadamente 9 km do município de Salvador do Sul. A comunidade é formada de 15 famílias, das quais, no momento da pesquisa, 5 compunham a Rota Colonial da Linha Stein. As famílias que compõe a rota são

descendentes de imigrantes germânicos e as propriedades rurais caracterizam-se por serem minifúndios de agricultura familiar. O principal produto que se origina da atividade agrícola desenvolvida na comunidade é a queima de carvão de acácia e eucalipto.

O roteiro é fruto de um DRP (Diagnóstico Rural Participativo), realizado pela EMATER/RS – Ascar. Através deste diagnóstico, foram priorizadas as ações de turismo e meio ambiente. A partir daí, as famílias se organizaram em grupos que mensalmente se reúnem e buscam a capacitação em cursos, oficinas, seminários, etc.

Com o apoio destas famílias, que agora estavam organizadas, foram pleiteados recursos financeiros através dos diversos instrumentos de políticas públicas. As famílias foram bem sucedidas e obtiveram recursos financeiros do Programa RS Rural Integrado. O Programa foi desenvolvido através da coordenação da Emater/RS-Ascar, juntamente com o apoio dos Conselhos e Secretarias Municipais da Agricultura, Assistência Social, Saúde, Obras e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Forneck, 2005). Este programa beneficiou 39 famílias, ou seja, 100% das famílias de agricultores familiares do município com um recurso no valor de R\$ 146.279,57, proveniente do Banco Mundial, através do Governo do Estado e com 10% de contrapartida da Prefeitura Municipal.

As famílias foram beneficiadas com ações de saneamento básico através da construção de fossas sépticas, caixas de gordura e sumidouros, esterqueiras, etc. Ainda obtiveram mudas nativas com as quais realizaram proteção e recuperação da mata ciliar e de encosta. Além destas práticas ambientais, também foram realizadas ações de infra-estrutura social básica através de 10 proteções de fonte de água natural, 1 eletrificação rural, 4 construções e reforma de instalações hidrossanitárias, e ainda, algumas famílias puderam realizar reformas em suas moradias (Forneck, 2005)¹⁰.

Além deste programa, as famílias foram ainda beneficiadas com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e do

¹⁰ Todas as informações e dados aqui apresentados podem ser vistos na íntegra no Relatório de Ações e Resultados 2005, do Escritório Municipal da EMATER/RS – Ascar do município de Salvador do Sul, onde são divulgados todos os valores recebidos e investidos e que tipo de investimentos foram realizados em cada área de financiamento, bem como quantas famílias foram beneficiadas e de que forma. Além dos recursos dispostos aqui, as famílias contaram com outros créditos da linha Pronaf Custeio, totalizando R\$ 627.000,00; Pronaf Investimento com R\$ 586.107,00; Pronaf Floresta totalizando R\$ 140.000,00 e Pronaf Agroindústria Familiar e Pronaf Turismo Rural que totalizaram juntos um montante de R\$ 54.000,00.

Programa RS Rural Especial Floresta, através do qual 53 famílias rurais de todo o município foram beneficiadas na área de reflorestamento com a implantação de 106 hectares de acácia-negra e eucalipto. Com os recursos do Pronaf Investimentos, foram iniciadas as padarias coloniais. O município conta atualmente com 3 destas padarias no meio rural, legalizadas através da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente Estadual. Estas padarias estão aptas a comercializar seus produtos em todo o Estado, já que seus produtos contam com rótulo nutricional (Forneck, 2005).

Este trabalho dos moradores organizados em busca de recursos e de aperfeiçoamento acabou resultando na criação de uma Lei de Incentivo ao Turismo Rural no município, aprovada na Câmara de Vereadores, (Forneck, 2005).

3.6. Atrações da Rota Colonial Linha Stein

Durante o passeio à Rota Colonial Linha Stein, que é pioneira na Região do Vale do Caí, o visitante e turista podem apreciar o Túnel de Linha Bonita que foi construído em 1906 com 93m de comprimento, 5,70m de altura e 4,10m de largura. É o único túnel curvilíneo da América Latina. Está distante 8km do centro do município e fazia parte do trajeto da ferrovia Montenegro - Caxias do Sul, uma construção belíssima, conforme pode ser visualizado na foto em anexo. A partir disso, pode-se conhecer as famílias integrantes do roteiro, as quais se denominam de acordo com a atividade que desenvolvem e proporcionam ao visitante os seguintes empreendimentos:

Casa das Massas: como atrativos, tem a casa que é construída em estilo enxaimel de construção mista, datada de 1872. A família é especializada na produção artesanal de massas como capeletti, biscoitos e derivados de leite. Quanto à produção agropecuária, a família se destaca na produção de leite.

Propriedade Moenda da Cana: a família dedica-se à fruticultura e a casa é em estilo enxaimel. A família mantém uma antiga moenda de cana movida a tração animal, onde os turistas podem degustar a garapa feita na hora.

Panificação Recanto Colonial: a família se dedica à panificação artesanal comucas, pães, roscas e biscoitos. Esta família também produz geléias, schimiers

e compotas. Como atividade agropecuária, ela destaca-se na criação de galinhas caipiras.

Propriedade da Acácia Negra: esta família se dedica principalmente à produção de acácia negra e eucalipto para a produção de carvão vegetal. Durante as visitas, a família explica detalhadamente a produção do carvão. Na entrada da propriedade, foi construído uma miniatura de um forno utilizado para a queima de carvão. Como atividade agropecuária, além da silvicultura, o empreendimento também se destaca na suinocultura.

Pesque-e-Pague das Pinguelas: esta família é a única do roteiro que oferece hospedagem aos visitantes. É também nesta propriedade que as famílias se reúnem com seus produtos ao final das visitas para a preparação do café colonial. A hospedagem é oferecida em uma cabana rústica, na qual a família mantém alguns elementos de decoração de época, como ferros de passar roupas, além de móveis rústicos. Também se pode desfrutar nesta propriedade de trilhas ecológicas e do pesque-e-pague.

Após estas visitas às propriedades, conhecendo o trabalho, o ambiente rural, e podendo adquirir produtos coloniais, no final do passeio, é oferecido o Café da Colônia pelas famílias da Rota, quando elas se reúnem e juntam seus produtos para prepará-lo.

No ano de 2005, segundo Forneck (2005), o fluxo de turistas para a Rota Colonial Linha Stein foi de mais de 1.000 turistas pré-agendados, sendo que o número de visitas que ocorrem durante a semana, sem agendamento, não é possível de se mensurar, dando a entender que este número deve ser menor do que o fluxo real que ocorreu durante o ano citado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão apresentados os resultados encontrados durante a realização desta pesquisa. Serão apresentados e discutidos os resultados referentes à caracterização das famílias que participaram da pesquisa, quanto ao número de integrantes, escolaridade, composição quanto ao sexo dos integrantes, ocupação, entre outras. Além destes, ainda são apresentados e discutidos os resultados sobre a composição das rendas e o índice de bem-estar das famílias.

4.1. Caracterização geral das famílias

Nas tabelas 1 e 2, são apresentados os resultados referentes ao tamanho das famílias que trabalham e que não trabalham com turismo rural respectivamente, conforme o tipo de família.

Tabela 1.

Número de pessoas das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo de Família	Número de Pessoas
Pluriativa 1	4
Pluriativa 1	5
Pluriativa 2	4
Pluriativa 2	3
Pluriativa 1	9
Média	5

Tabela 2.

Número de pessoas das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo de Família	Número de Pessoas
Pluriativa 3	6
Agrícola	5
Pluriativa 3	5
Pluriativa 3	6
Agrícola	3
Média	5

Como se pode perceber, as famílias são compostas, na média, por 5 pessoas, sendo que em algumas o número de pessoas integrantes pode chegar a 9. O tamanho médio das famílias encontradas nestes resultados é muito parecido

àqueles encontrados na literatura existente sobre o assunto, na qual se verifica que há em torno de 5 integrantes. Esses números não diferem entre as famílias que trabalham e as que não trabalham com a atividade de turismo rural, conforme pode ser conferido comparando as tabelas 1 e 2. O tamanho médio das famílias que não trabalham com o turismo rural é igual à média do número de pessoas das famílias que trabalham com o turismo rural.

Outra característica da família importante para esta pesquisa é a escolaridade dos integrantes, pois este item é um indicador de bem-estar, já que muitos autores concluem que o nível de escolaridade pode influir na atividade exercida na família, principalmente nas atividades não-agrícolas. Neste sentido, Kageyama (2001) mostrou, em seu estudo sobre as determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil, que a possibilidade de obtenção de rendas não-agrícolas parece ser dependente de dois fatores principais, sendo eles a educação e a localização do domicílio rural. Para a educação, a influência na probabilidade de obtenção de uma atividade não-agrícola se mostrou crescente no sentido de educação elementar, primária e secundária (Kageyama, 2001).

Mas, a escolaridade além de aumentar a possibilidade de se envolver com atividades não-agrícolas, também reflete um aumento de conscientização de sua importância para melhores condições de ocupação e renda, portanto, indica qualidade de vida. Nas tabelas 3 e 4, estão dispostos os resultados encontrados durante as entrevistas sobre a média de escolaridade dos integrantes das famílias em idade escolar.

Tabela 3.

Média de escolaridade das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo de Família	Média de escolaridade (anos)
Pluriativa 1	2,50
Pluriativa 1	4,66
Pluriativa 2	6,50
Pluriativa 2	3,33
Pluriativa 1	7,25
Média	4,85

Tabela 4.
Média de escolaridade das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo de Família	Média de escolaridade (anos)
Pluriativa 3	4,00
Agrícola	6,80
Pluriativa 3	6,00
Pluriativa 3	5,66
Agrícola	3,00
Média	5,09

A média de escolaridade das famílias que trabalham com turismo rural não difere da média de escolaridade das famílias que não trabalham com turismo rural, ficando assim muito próximas.

É uma média de escolaridade relativamente baixa, o que pode ser derivado do número relativamente elevado de idosos nas famílias, pois estas pessoas possuem uma menor escolaridade, fazendo com que a média geral dos dados seja diminuída. Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, a média de escolaridade começa a decair para a população a partir de 25 anos de idade. O valor encontrado nesta pesquisa está de acordo com os dados encontrados no Censo Demográfico de 2000 do IBGE, no qual a média de escolaridade fica entre 4 e 7 anos de estudo; segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2004/IBGE, a média de escolaridade, em 2003 foi de 6,4 anos de estudo. Segundo os dados das tabelas 3 e 4, se percebe que a maioria dos integrantes estudou apenas até a quinta série do ensino fundamental, o que também está de acordo com as estatísticas do IBGE, as quais afirmam que o brasileiro médio não possui escolaridade suficiente sequer para a conclusão do ensino fundamental (Síntese dos Indicadores Sociais 2004). Por meio das informações obtidas durante as entrevistas, notou-se que os integrantes mais jovens da família possuem uma maior escolaridade, sendo que a maioria deles tanto nas famílias que trabalham com o turismo rural, como nas que não trabalham, tem o ensino fundamental completo, ou seja, 8 anos de estudos. Em casos não raros, há também o ensino médio completo com 11 anos de estudos, o que vem a confirmar aquilo que já é encontrado na literatura sobre o assunto e nas estatísticas médias do Brasil.

Em alguns casos, a escolaridade se encontra muito baixa (abaixo de 3 anos). Isso ocorre pelo fato de as crianças, em idade escolar, estarem nas primeiras

séries do ensino fundamental e os demais integrantes da família serem de mais idade, até maiores de 30 anos ou idosos, o que pode tornar mais baixa a média dos anos de escolaridade da família. Em nenhuma das famílias, foram encontradas crianças em idade de pré-escola, portanto, não há este nível de escolaridade nos dados obtidos.

Esses dados podem apontar para uma melhoria na qualidade de vida e conseqüentemente no bem-estar destas famílias, já que a escolaridade de uma família é um indicador desse estado. Pessoas com um maior nível de escolaridade aumentam as oportunidades de participação da vida econômica, social, política e cultural do país. Nos dados encontrados nesta pesquisa, percebe-se que, nas famílias agrícolas (com atividade exclusivamente agropecuária), o nível de escolaridade é mais baixo. Porém, em uma das famílias agrícolas, a escolaridade chega a 6,8 anos. Todavia, é preciso destacar que esta pesquisa se deu em uma amostra reduzida, devido ao tipo de amostragem que foi utilizada. A família que obteve este nível de escolaridade é composta pelo casal e os filhos, todos em idade escolar e menores de 25 anos. Além disso, a família já está se preparando para fazer parte da Rota Colonial Linha Stein, com a produção de fumo artesanal, o que indica uma inclinação para as atividades não-agrícolas.

Também foi analisada, no conjunto das características das famílias, sua composição segundo o sexo a título de um conhecimento sobre a composição das famílias, objetivando tentar concluir sobre a participação de homens e mulheres nas atividades da família. Nas tabelas 5 e 6, são apresentados os resultados referentes à composição por sexo das famílias entrevistadas.

Tabela 5.

Composição segundo sexo das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo de Família	Sexo		Sexo	
	feminino	%	masculino	%
Pluriativa 1	2	22,2%	2	12,5%
Pluriativa 1	1	11,1%	4	25,0%
Pluriativa 2	1	11,1%	3	18,8%
Pluriativa 2	1	11,1%	2	12,5%
Pluriativa 1	4	44,4%	5	31,3%
Total	9	100%	16	100%

Tabela 6.

Composição segundo sexo das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo de Família	Sexo feminino		Sexo masculino	
		%		%
Pluriativa 3	3	30%	3	20,0%
Agrícola	3	30%	2	13,3%
Pluriativa 3	2	20%	3	20,0%
Pluriativa 3	1	10%	5	33,3%
Agrícola	1	10%	2	13,4%
Total	10	100%	15	100%

Os resultados mostram que tanto nas famílias que trabalham com turismo rural, como nas que não trabalham com turismo rural, o número de homens na família é superior ao número de mulheres, sendo de 9 mulheres e 16 homens para as famílias que trabalham com turismo rural e de 10 mulheres e 15 homens para as famílias que não trabalham com turismo rural.

Os valores encontrados, nesta pesquisa, sobre a composição por sexo das famílias entrevistadas, se assemelham aos encontrados no Censo Demográfico 2000 do IBGE, onde o número de homens é superior ao número de mulheres para a área rural.

A idade dos componentes das famílias também é uma importante variável a ser analisada, pois com estes dados, podemos identificar se as famílias que participaram desta pesquisa não estão sofrendo o processo de envelhecimento. Nas tabelas 7 e 8, estão descritos os resultados que se referem aos estratos de idades dos componentes das famílias e gênero.

Tabela 7.

Idade dos componentes das famílias que trabalham com o turismo rural

Estratos de idades	Homens		Mulheres	
		%		%
Crianças até 07 anos	2	12,5%	1	11,1%
Crianças de 07 até 15 anos	2	12,5%	1	11,1%
De 15 até 35 anos	5	31,3%	1	11,1%
De 35 até 55 anos	3	18,8%	3	33,3%
De 56 até 60 anos ou mais	4	25,0%	3	33,4%
Total	16	100,0%	9	100,0%

Tabela 8.**Idade dos componentes das famílias que não trabalham com o turismo rural**

Estratos de idades	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres
Crianças até 07 anos	1	6,6%	0	0,0%
Crianças de 07 até 15 anos	2	13,4%	3	30,0%
De 15 até 35 anos	5	33,3%	2	20,0%
De 35 até 55 anos	3	20,0%	4	40,0%
De 56 até 60 anos ou mais	4	26,7%	1	10,0%
Total	15	100,0%	10	100,0%

Observando os resultados, podemos verificar que entre as famílias, as quais fazem parte do roteiro turístico, bem como nas que não fazem, há pouca diferença na composição da família em termos de idade. No estrato de idades dos 15 até os 35 anos, a maioria dos componentes é do sexo masculino, variando de 31,3% até 33,3% respectivamente. Nos estratos de idades entre 35 até 55 anos, a maioria dos integrantes é do sexo feminino, sendo 33,3% nas famílias que trabalham com turismo rural e 40% nas famílias que não trabalham com turismo rural.

Os indivíduos com idade de 56 até 60 anos ou mais ficam em torno de 25% de homens e 33,4% de mulheres nas famílias que trabalham com turismo rural; e 26,7% de homens e 10% de mulheres nas famílias que não trabalham com turismo rural. Isso mostra que mais de $\frac{1}{4}$ dos componentes das famílias são de pessoas idosas. Portanto, as informações obtidas revelam a presença de envelhecimento no meio rural pesquisado. Podemos observar que o número de idosos nas famílias que trabalham com o turismo rural é mais elevado em relação àquelas famílias que não trabalham. Um dos pressupostos para que a atividade de turismo rural seja bem sucedida é o resgate cultural e a manutenção desta cultura e dos costumes. O idoso assume um importante papel nesta atividade, sendo ele a pessoa que mais conhece a cultura e os costumes da região. Já houve um tempo no Brasil, em que o chefe da família, apesar de perder a força física, devido à idade, não perdia a autoridade sobre os membros da família (Neves, 1996 apud Fronza da Silva 2005).

Segundo Fronza da Silva (2005), a atividade de turismo rural, apesar de ser uma atividade que garante o futuro, depende do idoso, pois são estas pessoas que zelam pela manutenção da propriedade. Assim sendo, o contraposto que ocorre entre os integrantes mais jovens e os mais idosos da família, em termos de idéias, são bastante favoráveis à exploração turística, sendo que os jovens, por um lado,

possuem as novidades para a melhoria, e os idosos, por outro, a idéia de preservação da memória, que é matéria-prima de atração, (Fronza da Silva, 2005).

Ainda na questão de idade da família, nos gráficos 2 e 3 encontramos as percentagens relativas aos estratos de idades das famílias que trabalham e que não trabalham com turismo rural respectivamente. Neles pode-se confirmar a importância do exposto sobre os idosos para a atividade de turismo rural. Nas famílias que trabalham com a atividade, a proporção de idosos é mais elevada do que a proporção dos demais estratos de idade.

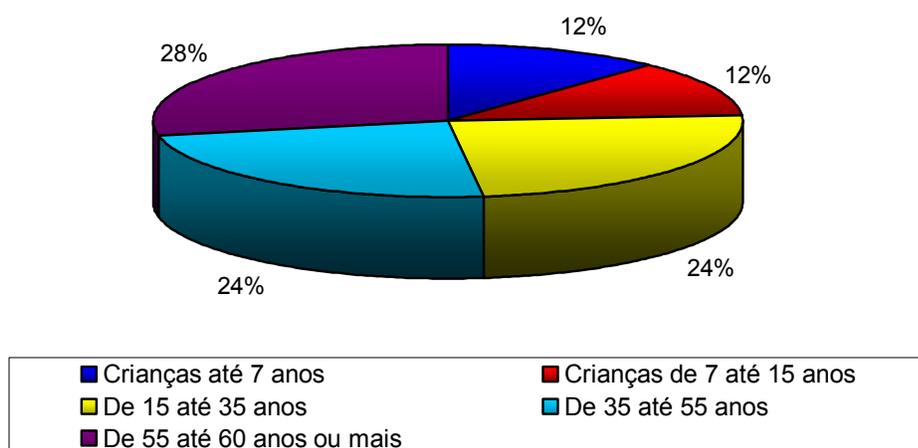


Gráfico 2.
Estratos de idades das famílias que trabalham com turismo rural

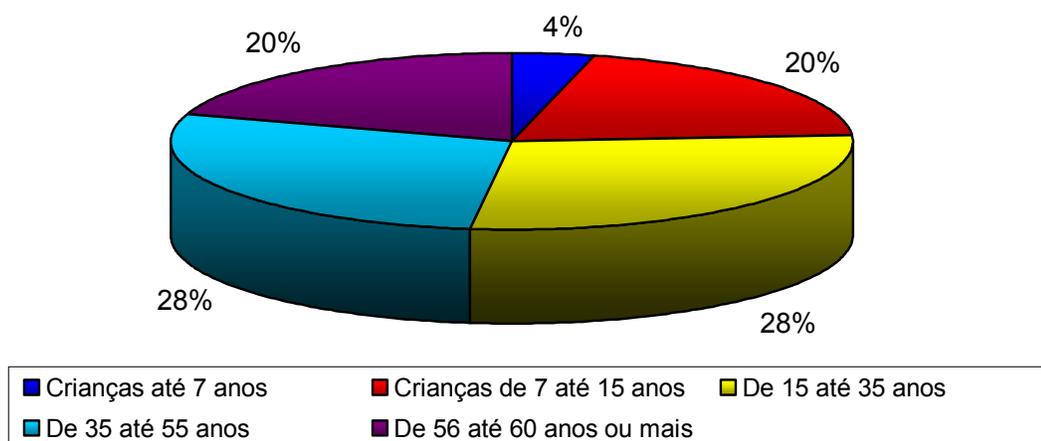


Gráfico 3.
Estratos de idades das famílias que não trabalham com turismo rural

Nos gráficos 2 e 3, pode-se observar a diferença entre as famílias que trabalham e as que não trabalham com turismo rural. O número de integrantes no estrato de 56 até 60 anos ou mais é um pouco mais elevada nas famílias que trabalham com o turismo rural. O número de crianças entre 7 e 15 anos é mais elevado nas famílias que não trabalham com turismo rural. Os estratos de idades de 15 até 35 anos e 35 até 55 anos de idade se somados, contemplam a maioria dos integrantes das famílias que trabalham com o turismo rural. Nas famílias que não trabalham com a atividade, este valor fica um pouco abaixo da metade do total de integrantes. Portanto, as famílias que participaram da pesquisa são famílias, na sua maior parte, compostas por pessoas jovens.

Na coleta de dados, percebeu-se que os integrantes das famílias, as quais trabalham com turismo rural e se encontram no estrato de idade de 56 até 60 anos ou mais se sentem muito felizes por serem bastante solicitados durante as visitas dos turistas às propriedades. Durante as entrevistas, isto se evidenciou nas falas destes integrantes, pois eles mostravam entusiasmo quando contavam sobre a atenção com que os turistas escutavam as suas histórias, mesmo os mais jovens, reafirmando o que já foi discutido neste texto sobre o papel dos idosos para o turismo rural.

Desta maneira, pode-se deduzir que a atividade faz estas pessoas se sentirem bastante valorizadas por seus conhecimentos, o que também colabora para o aumento do bem-estar destas famílias, através do sentimento de satisfação e valorização de seus saberes e conhecimentos. Além disso, depois da atividade de turismo rural na propriedade, também os jovens integrantes das famílias se sentem valorizados e respeitados por serem também solicitados pelos visitantes. Percebe-se que agora a tendência dos jovens das famílias é ficar no campo e tentar melhorar a oferta dos produtos para a atividade de turismo rural. Entre eles, a troca de conhecimentos com os visitantes ocorre com maior frequência, rompendo o isolamento que só se desfazia quando visitavam os centros urbanos. Nos casos em que os jovens relataram interesse em ir para a cidade, foi somente no sentido obter um aperfeiçoamento técnico para melhorar as atividades de turismo rural, como cursos de capacitação ou mesmo para freqüentar faculdades de administração de empresas, por exemplo.

Em todas as famílias que trabalham com o turismo rural, foi demonstrado o mesmo sentimento de satisfação por parte dos integrantes mais idosos e dos mais jovens. Também, no caso dos integrantes mais idosos, foi relatado o fato de continuarem ajudando em afazeres leves, como cuidar da horta ou colaborar no preparo do café colonial. Estes fatos vêm ao encontro da Política Nacional do Idoso, consolidada em 1994, em função da qual a Organização das Nações Unidas – ONU vem enfatizando a importância de o idoso permanecer ativo na sociedade e ter condições para viver com dignidade.

4.2. Formas de ocupação dos membros das famílias

Na tabela 9, estão dispostos os dados referentes às condições de ocupação das famílias pesquisadas, conforme o tipo de família.

Tabela 9.
Condição de ocupação dos integrantes das famílias pesquisadas

Condição de ocupação	Tipo de Famílias							
	Pluriativa 1		Pluriativa 2		Pluriativa 3		Agrícola	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total (a+b+c)	18	100	7	100	17	100	8	100
a) inativos	3	16,7	0	0	7	41,1	2	25
b) ativos	12	66,6	6	85,7	9	53	6	75
c) < de 10 anos	3	16,7	1	14,3	1	5,9	0	0
Homens	11	61	5	71,4	11	64,7	4	50
Mulheres	7	39	2	28,6	6	35,3	4	50
Total Geral	18	100	7	100	17	100	8	100

Na tabela 9, podemos perceber que a participação de integrantes inativos no período de referência desta pesquisa é maior nas famílias do tipo “pluriativa 3”. Isso ocorre, pois as famílias “pluriativas 3” têm a agricultura como sua atividade mais forte na propriedade e possui um elevado número de pessoas inativas. Estas famílias, na maioria das vezes, são aposentadas e/ou pensionistas. Então, a importância relatada na literatura da participação das rendas de aposentadorias e pensões nas famílias rurais e agrícolas se confirma nos dados aqui apresentados.

A presença de integrantes, com menos de 10 anos de idade, é bastante baixa em todos os tipos de famílias, sendo que o maior número de crianças nesta faixa de idade se encontra nas famílias “pluriativas 1”, nas quais estão também as famílias que trabalham com turismo rural. Em todos os tipos de famílias, o número de homens é bem superior ao número de mulheres, confirmando o que já foi exposto anteriormente.

Na tabela 10, apresentamos os dados relativos ao número médio de pessoas ativas, conforme os tipos de famílias.

Tabela 10.**Número médio de Pessoas ativas segundo tipos de famílias pesquisadas**

Tipos de Famílias	Número Médio de Pessoas Ativas
Pluriativa 1	0,60
Pluriativa 2	0,85
Pluriativa 3	0,53
Agrícola	0,75
Total	2,73

Podemos observar, na tabela 10, que o número médio de pessoas ativas em cada tipo de família não chega a uma pessoa ocupada por família. O maior número médio de pessoas ativas se encontra nas famílias “pluriativas 2”, nas quais se tem a atividade de turismo rural conjugadas com as atividades agropecuárias e ainda outra atividade. Depois deste tipo de família, o tipo onde se encontra o segundo maior número de pessoas ativas é nas famílias agrícolas. Nas famílias que participaram da pesquisa, o número de crianças é muito baixo e de idosos inativos também, o que justifica o número médio de pessoas ativas de 2,73. O que acontece, nas famílias que trabalham com a atividade de turismo rural, onde o número de integrantes idosos é mais elevado, é o fato destes se ocuparem com a atividade de turismo rural em tarefas mais leves, bem como na recepção dos turistas.

Na tabela 11, são apresentadas as profissões em que se ocupam os integrantes das famílias pesquisadas. Nesta tabela, estão dispostos dados, os quais podem apresentar a dupla ocupação, no caso das famílias que trabalham com o turismo rural, nas quais os integrantes que trabalham com a agricultura, têm além desta ocupação principal, também o turismo rural. Isto faz com que a profissão de agricultor não esteja computada na soma total dos valores relativos de pessoas ocupadas.

Tabela 11.
Ocupação principal dos integrantes das famílias pesquisadas

Ocupação principal	Tipos de famílias							
	Pluriativa 1		Pluriativa 2		Pluriativa 3		Agrícola	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Agricultor*</i>	9	75	2	33,3	4	44,5	6	100
Prestação de serviços (turismo)	12	100	4	66,7	0	0	0	0
Pedreiro	0	0	2	33,4	0	0	0	0
Faxineira	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Calçadista	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Comerciantes	0	0	0	0	2	22,2	0	0
Frete	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Total	12	100	6	100	9	100	6	100

* Dupla ocupação

Devido ao número relativamente pequeno de famílias na amostra, as atividades quase não se repetem e existe certa variedade dessas atividades. Na tabela 11, pode-se notar que o setor de atividade mais exercido pelos integrantes das famílias pluriativas é a construção civil, com a profissão de pedreiro. Também encontramos uma família que conjuga as atividades agropecuárias com a atividade de faxina, o que segundo Leal (2004) se classifica como “pluriatividade não desejada¹¹”. Também se observa nestes dados que as famílias “pluriativas 3” são as que possuem atividade agrícola e outra atividade que não o turismo rural, concentrando o maior número de pessoas ocupadas com atividades não-agrícolas fora da propriedade. Nas famílias onde existe a atividade de turismo rural, a maioria da mão-de-obra se ocupa nesta atividade e, em dois casos, integrantes da família trabalham no setor de construção civil como pedreiros. Nestes casos, são os filhos do casal que trabalham com esta atividade, mas eles também atuam na atividade de turismo rural quando estão em férias ou nos finais de semana. Geralmente, as “outras ocupações” declaradas pelos integrantes das famílias são de baixa qualificação, estando de acordo com os níveis de escolaridade (anos de estudo) dos membros das famílias que situam em torno de apenas 5 anos.

¹¹ Famílias que combinam atividade agrícola com trabalho doméstico remunerado.

4.3. Composição das rendas familiares

A composição das rendas das famílias pesquisadas é de elevada importância para a identificação da qualidade de vida e nível de bem-estar das mesmas. Pois, o rendimento familiar é um parâmetro de bem-estar. Está confirmado nas estatísticas do IBGE, que quanto maior o rendimento da família, menor o tamanho desta, o que se deve a sua melhoria no acesso a informações e conseqüentemente um maior nível de escolaridade. Este, por sua vez, lhe permite a busca por empregos mais rentáveis ou atividades que lhes proporcionem melhores condições de vida.

As tabelas 12 e 13 apresentam os resultados dos dados coletados sobre a composição das rendas das famílias que trabalham e que não trabalham com turismo rural, respectivamente. Os valores absolutos exatos podem ser encontrados nas tabelas em anexo. Nelas estão dispostos os valores exatos encontrados na pesquisa que permitiram elaborar as tabelas de composição da renda das famílias.

A composição das rendas das famílias mostra a importância que as rendas não-agrícolas representam na renda total da família, principalmente em propriedades de agricultura familiar, como é o caso das famílias que compõem este estudo. Dentre estas rendas não-agrícolas, a renda que provém da atividade de turismo rural se destaca. Assim, podemos perceber a importância da pluriatividade para a manutenção das famílias no campo. Porém, muitas vezes, esta vem a partir de atividades que se caracterizam como subempregos, como foi discutido na unidade sobre a ocupação dos integrantes das famílias.

Tabela 12.

Percentual das rendas das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Renda Agrícola (%)	Renda Não-Agrícola (%)	Aposent. e Pensão (%)	Outras Rendas (%)	Renda Familiar Total (%)
Pluriativa 1	25,0	40,4	30,3	4,3	100,0
Pluriativa 1	46,6	28,6	24,8	0,0	100,0
Pluriativa 2	46,7	30,2	23,1	0,0	100,0
Pluriativa 2	18,1	56,6	25,3	0,0	100,0
Pluriativa 1	95,7	4,3	0,0	0,0	100,0
Média	46,4	32,0	20,7	0,9	100,0

Tabela 13.

Percentual das rendas das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Renda Agrícola (%)	Renda Não-Agrícola (%)	Aposent. e Pensão (%)	Outras Rendas (%)	Renda Familiar Total (%)
Pluriativa 3	37,5	35,0	27,5	0,0	100,0
Agrícola	84,0	0,0	16,0	0,0	100,0
Pluriativa 3	64,7	35,3	0,0	0,0	100,0
Pluriativa 3	74,6	25,4	0,0	0,0	100,0
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Média	72,2	19,1	8,7	0,0	100,0

Pode-se perceber, na tabela 12, que apesar da contribuição da renda não-agrícola ser bastante significativa, 32%, na média, para renda familiar total, para as famílias que trabalham com turismo rural, a maior contribuição média ainda é da renda agrícola, sendo 46,4% da renda familiar total. Os casos em que isto não se confirma são famílias, nas quais existe um fluxo maior de turistas durante o ano, devido às atividades de pesque-e-pague e pousada que são oferecidas nesta propriedade, como é o caso da família que possui uma renda não-agrícola de 40,4% e possui apenas a atividade de turismo rural, além da agricultura. Esta é a única propriedade do roteiro que oferece pousada e alimentação, o que aumenta a renda não-agrícola, em relação às demais propriedades, onde as famílias obtêm renda apenas do café colonial que é oferecido ao final da visita das propriedades e dos produtos que são vendidos aos turistas.

Em uma das famílias, a renda agrícola é bastante baixa, 18,1%, pois esta família não realizou colheita no ano de referência desta pesquisa. A renda agrícola ficou composta apenas pelo autoconsumo da família e a venda de alguns animais. Dessa forma, a renda não-agrícola nesta família atingiu 56,6%. É válido ressaltar que esta família possui além da atividade de turismo rural, outra atividade.

A participação das rendas de aposentadorias e pensões na renda familiar total, nas famílias que trabalham com turismo rural, fica em torno de 20%, valor que se aproxima muito dos valores encontrados na literatura, pois segundo Leal (2004), em sua dissertação de mestrado, quando analisou a composição da renda das famílias do Rio Grande do Sul, encontrou os números de 17% de aposentadorias e pensões. A importância desta renda é bastante elevada na composição da renda familiar total, sendo isso percebido nos relatos dos familiares sobre o fato de que as aposentadorias e pensões são fontes seguras de renda, fontes fixas, que serão

recebidas a cada final de mês. A participação de outras rendas¹² na renda familiar total é menor que 1%, valor que também se aproxima do encontrado na literatura que é de 5%, segundo Leal (2004). Esse resultado encontrado para o valor de outras rendas está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural (Mackinon et al., 1991:63). Para estes autores, assim como para nós, os resultados encontrados apontam para o fato de que as três fontes principais de renda são: agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e /ou pensões.

Para as famílias que não trabalham com o turismo rural, como se pode perceber na tabela 13, a contribuição da renda não-agrícola é um pouco menor na renda familiar total, perfazendo uma média em torno de 19,1%. Mas, mesmo nestas famílias, que são pluriativas, e que são, na maioria dos casos, famílias que não trabalham com turismo rural, a participação da renda agrícola na renda familiar total ainda é superior, perfazendo uma média de 72,2% desta. Nas famílias agrícolas, a participação da renda agrícola é claramente maior e não existe participação de rendas não-agrícolas, visto que estas famílias se dedicam exclusivamente às atividades agropecuárias. O valor encontrado nesta pesquisa para a contribuição da renda de aposentadoria e pensão, na composição da renda familiar total, é menor nestas famílias que nas famílias, as quais trabalham com o turismo rural. Para aquelas que trabalham, a contribuição, em relação à renda familiar total, é de 20,7%, enquanto, nas famílias que não trabalham com turismo rural, é de 8,7%. Isso deve ao fato de o número de integrantes idosos, com aposentadorias, nestas últimas, serem inferiores do que nas famílias que trabalham com turismo rural. Nestas famílias, não há casos de participação de outras rendas na renda familiar total.

O gráfico 4 apresenta os dados referentes à composição das rendas das famílias, tanto as que trabalham, como as que não trabalham com turismo rural em relação aos estratos de áreas físicas.

¹² Por outras rendas se considera todas as rendas referentes a contas bancárias, envio de rendas externas por familiares ou amigos, aluguéis, etc.

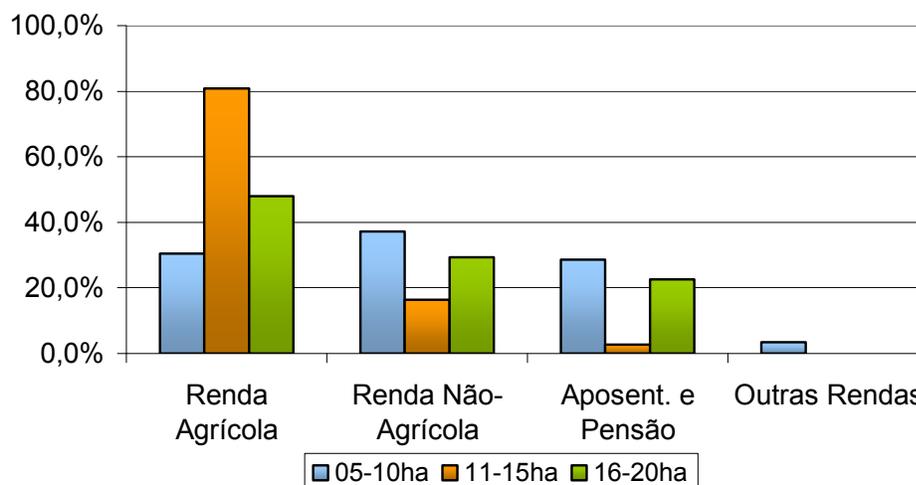


Gráfico 4. Composição da renda das famílias segundo os estratos de áreas total

Quanto a estes dados, pode-se perceber que a maior participação da renda agrícola na renda familiar total é no estrato de 11 até 15ha, sendo esta cerca de 80%. Este é o estrato onde se encontra a maioria das famílias que não trabalham com turismo rural, sendo que a maioria delas, que trabalham com esta atividade, encontra-se no estrato de 16 até 20 ha, no qual a participação da renda agrícola, na renda familiar total, encontra-se em 48%. A participação de outras rendas é muito baixa, 1,2% na média; já a participação das rendas de aposentadorias e pensões fica em torno de 18%, como na maioria dos casos encontrados na literatura sobre o assunto.

Nota-se também, conforme o gráfico 4, que a renda familiar total não aumenta conforme há um aumento de área. Nos estratos de área inferiores a 11 ha, a participação de rendas não-agrícolas na renda familiar total chega a superar a participação da renda agrícola; a participação das rendas de aposentadoria e pensão se aproxima muito desta.

As tabelas 14 e 15 apresentam os dados referentes ao autoconsumo das famílias que trabalham e que não trabalham com o turismo rural respectivamente.

Tabela 14.
Percentagem da renda de autoconsumo em relação à renda agrícola das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Autoconsumo (R\$)	Autoconsumo (%)	Renda Agrícola (R\$)
Pluriativa 1	3.200,00	28,5	11.200,00
Pluriativa 1	3.400,00	23,2	14.600,00
Pluriativa 2	4.000,00	25,5	15.700,00
Pluriativa 2	2.600,00	46,4	5.600,00
Pluriativa 1	6.300,00	28,0	22.280,00
Média	3.900,00	30,3	13.876,00

Tabela 15.
Percentagem da renda de autoconsumo em relação à renda agrícola das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Autoconsumo (R\$)	Autoconsumo (%)	Renda Agrícola (R\$)
Pluriativa 3	2.600,00	100,0	2.600,00
Agrícola	4.200,00	13,7	30.600,00
Pluriativa 3	3.000,00	6,6	45.300,00
Pluriativa 3	4.550,00	22,1	20.520,00
Agrícola	3.200,00	15,0	21.200,00
Média	3.510,00	31,5	24.044,00

As informações contidas na tabela 14 mostram que para as famílias, as quais trabalham com a atividade de turismo rural, o autoconsumo fica em torno de 30,3% da renda agrícola, na média. Já para as famílias que não trabalham com turismo rural, este valor não difere muito, ficando na média em 31,5% como pode ser conferido na tabela 15. Porém, em um dos casos esta renda chega a atingir 100% da renda agrícola. Esta família consome todo o produto agrícola que é produzido na propriedade sem comercializar nada e a renda principal da família é obtida em outras atividades fora da propriedade rural. Apesar de um dos integrantes trabalhar em atividades agrícolas, porém, faz isso em propriedade vizinha. Esta família possui uma propriedade de pequena dimensão física, (em torno de 0,5ha) e os integrantes da família realizam trabalho externo à unidade produtiva, conjugando atividade agrícola com atividades de trabalho doméstico remunerado.

Também é importante ressaltar que a atividade agrícola exercida pelas famílias do município de Salvador do Sul é, principalmente, a silvicultura, com a produção de carvão. Neste sentido, a maioria dos alimentos cultivados, com

exceção de frutas, por exemplo, que são comercializadas, todos os produtos restantes são produzidos para o próprio consumo da família. O mesmo acontece com a produção pecuária das famílias.

A produção de alimentos para o autoconsumo nas famílias é bastante importante na formação da renda total familiar, pois esta produção aponta para uma redução de custos com a compra de alimentos na família. Neste sentido, Barbic (1983:79), estudando a agricultura em tempo parcial da Iugoslávia, enfatiza que:

... mesmo quando um grupo doméstico misto não tenha uma orientação para o mercado, quando o alimento é produzido predominantemente para satisfazer as necessidades do grupo doméstico, sua importância econômica não deve ser negada. Ela reside no fato que grupos domésticos mistos não se apresentam como compradores de produtos agrícolas, porque eles produzem para si mesmos. Embora uma tal contribuição passiva para a economia nacional seja muito menor do que no caso da produção para o comércio, ela tem seu valor econômico, especialmente quando grupos domésticos cultivam menores partes ou quando a terra é menos apropriada para a produção comercial.

O confronto dos dados das tabelas 14 e 15 com estas informações nos alerta para a importância da renda de autoconsumo para os distintos tipos de famílias. Mais de 1/3 da renda agrícola neste grupo é renda de autoconsumo. Mesmo nas famílias pluriativas agrícolas, os dados apontam para uma participação percentual de quase $\frac{1}{4}$ do valor da renda líquida agrícola. Assim, esses resultados estão de acordo com as informações apresentadas por Barbic (1983), no seu estudo sobre a agricultura parcial, na Iugoslávia, acerca da importância da produção de autoconsumo para os grupos domésticos mistos.

As tabelas 16 e 17 dispõem os dados referentes à renda *per capita* das famílias entrevistadas. Este item, renda *per capita*, trata de um indicador de bem-estar, sendo que, muitas vezes, ele é utilizado separadamente para se tentar mensurar o bem-estar de uma família ou comunidade.

Tabela 16.

Renda *per capita* das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Renda <i>per capita</i> mensal em Salários Mínimos
Pluriativa 1	11.125,00	3,00
Pluriativa 1	6.280,00	1,74
Pluriativa 2	8.425,00	2,34
Pluriativa 2	11.306,66	3,14
Pluriativa 1	2.586,00	0,72
Média	7.944,53	2,19

Tabela 17.

Renda *per capita* das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Renda <i>per capita</i> mensal em Salários Mínimos
Pluriativa 3	1.178,33	0,33
Agrícola	4.884,00	1,36
Pluriativa 3	9.456,00	2,63
Pluriativa 3	4.733,33	1,31
Agrícola	15.100,00	4,19
Média	7.070,33	1,96

A renda *per capita* das famílias que trabalham com o turismo rural é um pouco superior à renda *per capita* das famílias que não trabalham com a atividade. Porém a diferença não é muito elevada, mas isto pode ser explicado através do fato de que, nas famílias, as quais trabalham com o turismo rural, apesar de o tamanho médio das famílias ser em torno de 5 integrantes, existe uma família que contém 9 integrantes, o que pode baixar um pouco o valor da renda média *per capita*.

Com estes valores, se adotarmos a “linha de pobreza”, conforme a metodologia que é utilizada no IBGE, ou seja, como sendo um rendimento mensal igual ou inferior a R\$ 150,00, podemos observar que apenas uma família entrevistada possui rendimento que a classificaria como abaixo da linha de pobreza¹³. Esta família não trabalha com turismo rural e possui uma área de apenas 0,5ha. Dos integrantes da mesma, apenas o casal tem rendimentos, sendo os

¹³ O valor do salário mínimo nacional durante o período da pesquisa era de R\$ 300,00. No Brasil, a metodologia oficial usa como referência o Salário Mínimo, isto é, 1/4 do salário mínimo familiar *per capita* e 1/2 do salário mínimo familiar *per capita*, limites abaixo dos quais se define uma família extremamente pobre (indigente) e pobre, respectivamente. Essa definição foi extraída do site do IBGE (<http://www.ibge.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>) (acesso em 02/07/2006).

demais integrantes crianças menores de 10 anos de idade e uma pessoa com problemas mentais que possui um rendimento de R\$ 75,00 mensal.

Estes resultados, exceto para o caso da família do tipo “pluriativa 3” que se encontra abaixo da linha da pobreza, podem indicar então, um bom nível de bem-estar entre as famílias que participaram da pesquisa, se fosse utilizado apenas este indicador.

As tabelas 18 e 19 trazem dados sobre a renda familiar total em salários mínimos das famílias pesquisadas, conforme os tipos de família, das que trabalham e das que não trabalham com turismo rural.

Tabela 18.

Renda familiar das famílias que trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Renda Familiar Total (R\$)	Renda Familiar Total em Salários Mínimos
Pluriativa 1	44.500,00	12,36
Pluriativa 1	31.400,00	8,72
Pluriativa 2	33.700,00	9,36
Pluriativa 2	33.920,00	9,42
Pluriativa 1	23.280,00	6,47
Média	33.360,00	9,27

Tabela 19.

Renda familiar das famílias que não trabalham com turismo rural

Tipo da Família	Renda Familiar Total \$	Renda Familiar Total em Salários Mínimos
Pluriativa 3	7.070,00	1,96
Agrícola	24.420,00	6,78
Pluriativa 3	47.280,00	13,13
Pluriativa 3	28.400,00	7,89
Agrícola	45.300,00	12,58
Média	30.494,00	8,47

Pode-se observar que a média fica entre 9,27 salários mínimos nacional para as famílias que trabalham com turismo rural e 8,47 salários mínimos nacional para as famílias que não trabalham com turismo rural. Os valores encontrados mostram uma renda um pouco superior para as famílias que trabalham com o turismo rural, apesar de a grande maioria das famílias serem pluriativas. Além disso,

para todas as famílias a média salarial é elevada, ficando sempre acima de 8 salários mínimos nacional.

Essa diferença pode ser relativa aos subempregos dos componentes das famílias pluriativas, já que, na maioria das vezes, estes não pagam todos os valores a que um trabalhador teria direito, como décimo terceiro salário, férias, etc. por estes não possuírem carteira de trabalho assinada. Este tipo de emprego ocorre devido à necessidade do trabalhador de obter renda para a manutenção da família.

4.4. Análise do bem-estar das famílias

A tabela 20 apresenta os dados relativos ao índice de bem-estar das famílias entrevistadas nesta pesquisa. Nela, podemos observar que nenhuma família ficou com o índice de bem-estar abaixo de 0,8, o que indica um bom nível de bem-estar. Este valor fica próximo ao valor de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Salvador do Sul, no ano de 2000, que foi de 0,830¹⁴, apesar de haver claras distinções metodológicas na obtenção dos índices.

¹⁴ Valor encontrado no site da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, que teve como fonte o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000. Endereço eletrônico:
http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/idh/mu_idh_atual.asp?ildEnt=5523&ildMun=100143335 acessado em 17 de julho de 2006.

Tabela 20.
Índice de Bem-estar das famílias pesquisadas*

Item	Tipo de Família									
	Plur. 1	Plur. 1	Plur. 2	Plur. 2	Plur. 1	Plur. 3	Agr.	Plur. 3	Plur. 3	Agr.
Instalação sanitária	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Telefone	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Coleta de lixo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Eletricidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Fogão	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Geladeira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Filtro de água	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Rádio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TV	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Máquina de lavar roupa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Acesso à assistência médica										
odontológica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Média de escolaridade	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0
Índice de Bem-estar	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8

1 = Possui o item

0 = Não possui o item

* Observação: as informações aqui apresentadas se referem a todas as famílias pesquisadas.

A maioria dos itens utilizados como indicadores para a mensuração do nível de bem-estar das famílias, que fizeram parte da pesquisa, estavam presentes em suas respostas. Na verdade, apenas um item não existia na grande maioria das famílias que foi o filtro de água talvez, devido à pouca utilização do mesmo entre as famílias. Também a média de escolaridade tendeu a baixar um pouco o nível do bem-estar das famílias. De qualquer maneira, é um valor relativamente alto.

Quanto à instalação sanitária, com a organização das famílias do roteiro, para a obtenção de recursos que seriam investidos nas melhorias que deveriam ser realizadas nas propriedades, estas conseguiram recursos para que fossem instaladas fossas sépticas, em todas as propriedades da comunidade, incluindo àquelas que não fazem parte do roteiro. O telefone foi o item que obteve resposta afirmativa em todas as famílias, sendo que, em algumas, apenas o telefone móvel foi relatado, mas, em todas as famílias que possuíam telefone fixo, foi relatado o desinteresse em continuar com a linha fixa, devido aos altos valores cobrados em

taxas pela operadora. Também, quanto à eletricidade esta se mostrou presente para as famílias, sendo que todas elas obtêm sua eletricidade da rede geral instalada na comunidade.

A coleta de lixo é toda realizada pela prefeitura na comunidade. Porém, para que o lixo seja recolhido pelos funcionários da prefeitura, todas as famílias da comunidade devem levar o mesmo até certa parte do caminho, onde o caminhão apanha. Este aspecto da coleta foi motivo de reclamação entre alguns entrevistados e motivo pelo qual uma das famílias não se utilizava da coleta, realizando a queima do lixo produzido na propriedade. O acesso à assistência médica e odontológica da comunidade estava presente em todas as famílias que participaram da pesquisa, sendo que esta assistência é realizada através do Sistema Único de Saúde – SUS, e pela Prefeitura Municipal, não sendo motivo de reclamações pelas famílias, mas ao contrário, sendo avaliada de forma satisfatória pelas famílias.

Quanto aos demais itens que fazem parte dos bens essenciais às famílias, as mesmas responderam afirmativamente à sua presença.

Ao relacionarmos este índice de bem-estar encontrados nas famílias, nesta pesquisa, com os resultados encontrados na composição das rendas das mesmas, veremos que elas tendem a proporcionar uma boa qualidade de vida para as famílias envolvidas com atividades não-agrícolas e principalmente com a atividade de turismo rural que além de incremento em renda, traz consigo outros benefícios que já foram previamente discutidos.

Os resultados encontrados nesta pesquisa, em algumas das famílias da comunidade rural, do município de Salvador do Sul, estão, de certa forma, em concordância com a literatura que trata do assunto. Confirmemos isto, observando as conclusões de um estudo que diz respeito à pluriatividade realizada por famílias na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Teixeira (1998:157), analisando comparativamente as famílias de agricultores puros e famílias pluriativas, destacou diferenças importantes principalmente com relação aos bens de consumo. As famílias pluriativas apresentavam-se em melhores condições materiais quando comparadas com as famílias agrícolas.

Neste sentido, enfatiza o surgimento de novos padrões de consumo, os quais são muito próximos dos padrões urbanos, como, por exemplo, a forma de decoração e o conforto das habitações, a compra de eletrodomésticos, automóveis e antenas parabólicas. Tais aspectos forjam uma distinção importante entre os grupos

de famílias rurais analisadas na pesquisa. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, estes resultados assumem uma dimensão importante na medida em que a pluriatividade se constitui num recurso extremamente eficaz, tanto para fornecer oportunidades de retenção da população no espaço rural, como para elevar o padrão de vida das famílias. Obviamente esta questão levanta implicações adicionais para outros aspectos, como a provisão de serviços e a vida social.

É importante relatar o efeito da introdução da atividade de turismo rural no bem-estar da comunidade da Linha Stein, tanto para as famílias que adotaram a atividade, como para as que não a adotaram. Os relatos que foram feitos à pesquisadora, durante as entrevistas, mostravam claramente o sentimento de “satisfação”, quando as famílias falavam sobre as atividades que vinham sendo desenvolvidas, durante os anos em que eles vêm trabalhando com o turismo rural, bem como quando relatavam as histórias, as quais estas famílias viveram.

Um fato importante a ser levado em consideração é a atitude das famílias vizinhas quando perceberam as melhorias que foram adotadas pelas demais famílias para atender aos visitantes, que agora elas passariam a receber. Em relação ao planejamento, visando à introdução da atividade de turismo rural, as famílias fizeram um ajardinamento em suas propriedades para que estas se tornassem mais atraentes para os visitantes, bem como foram afastadas as pocilgas das residências, sendo construídas fossas para o descarte dos dejetos destes animais, sem prejudicar o meio ambiente. Ao perceber estas atitudes, as demais famílias vizinhas, que não participam do roteiro, acabaram aderindo e fazendo também o ajardinamento em suas propriedades, bem como o afastamento das pocilgas das residências e demais cuidados com a higiene e apresentação de suas propriedades, a fim de que os visitantes tivessem uma boa impressão de suas propriedades, já que estas também compunham a comunidade apesar de não estarem abrindo as mesmas à visita. Então, podemos observar que a atividade proporcionou uma melhoria também para as famílias que não entraram no roteiro, através da adesão a certas atitudes tomadas pelas famílias que adotaram o turismo rural.

Outra característica importante, que foi identificada, através de informações dos técnicos da EMATER/RS – Ascar e da Prefeitura de Salvador do Sul, foi o interesse destas famílias vizinhas ao roteiro em participar das atividades. Não há o interesse de todas as famílias, mas da maioria. Algumas das famílias já

estão se preparando para começar a participar do roteiro, adequando a infraestrutura através de algumas melhorias no domicílio e através dos cursos de capacitação dos quais as famílias, que já atuam com o turismo rural, participam. Também é interessante o fato da consciência que as famílias absorveram sobre a importância da manutenção de seus costumes, origens e suas culturas. Isso se percebe através das melhorias que foram e estão sendo feitas ainda nas construções para a recepção dos visitantes, onde as famílias têm o cuidado para que as construções sejam mantidas em seus estilos.

Mas, segundo relatos dos técnicos da EMATER/RS – Ascar, essa consciência não foi absorvida logo no início do processo para a adoção das atividades de turismo rural, pois, em uma das famílias, foi feita uma ampliação na casa para que a família pudesse acomodar os produtos que são vendidos durante as visitas e mesmo para que os grupos de visitantes tivessem um espaço mais amplo. Essa ampliação modificou o estilo original da construção. Neste caso, a família atualmente está disposta a recuperar o estilo anterior à construção da casa.

4.5. O perfil do turista na visão dos empreendedores de turismo rural

4.5.1. Relevância sobre a apresentação dos resultados

Este item não contempla os objetivos a que esta pesquisa se propôs, porém, por interesse da pesquisadora, foram incluídas algumas questões no instrumento de coleta de dados, o questionário utilizado na pesquisa, sobre a visão das famílias que trabalhavam com o turismo rural, abordando algumas características dos turistas que freqüentavam as propriedades.

Os resultados encontrados se mostraram bastante interessantes para que se entenda um pouco sobre qual é o público que está buscando o tipo de atividade desenvolvida na Rota Colonial Linha Stein, com que freqüência eles procuram este tipo de turismo, e ainda, como o empreendedor de turismo rural percebe quais são as expectativas destes turistas sobre seus serviços e produtos. Por isso, apresentamos esses resultados para que possam servir de subsídio para futuras pesquisas mais específicas sobre o assunto.

Para o conhecimento sobre o entendimento do empreendedor sobre o perfil do turista que busca seus serviços e produtos, algumas questões foram formuladas. Os resultados sobre a profissão dos visitantes, estão dispostos na tabela 21.

Tabela 21.

Profissões dos turistas que visitam o roteiro Linha Stein*

Profissões	%
Bancários	20
Industriais	20
Técnicos	20

* Os dados apresentados nesta tabela, se repetem nas respostas, apresentando uma sobreposição nas respostas.

Conforme podemos perceber nos dados da tabela 21, não existe uma grande diversificação nas profissões dos turistas que freqüentam os empreendimentos das famílias, as quais compõem a Rota Colonial Linha Stein. A grande maioria das famílias apontou os aposentados como sendo a classe que mais visita o roteiro. Neste sentido, alguns autores classificam o turismo em áreas rurais como uma opção de lazer específica para a terceira idade (Viana, 2006). Também a procura por pessoas desta faixa etária pode ser explicada pelo fato de que as agências de turismo têm investido na terceira idade, pois este visitante não possui, geralmente, restrição quanto ao tempo de visitação, gosta de levar *souvenir* dos lugares que visitam, não medem gastos com conforto e costumam comprar pacotes completos, com hospedagem, alimentação e passeios (Viana, 2006).

Além disso, as pessoas idosas gostam de locais tranquilos para visitar e muitos deles procuram o turismo rural para recordar as suas origens, pois são oriundos de localidades rurais.

Na tabela 21, também se pode observar que as demais classes profissionais se compõem de bancários, industriais e técnicos. Também foi feita uma pergunta sobre o poder aquisitivo dos turistas que freqüentam o roteiro. Nesta questão, a maioria das famílias respondeu que eram classe média - alta e duas famílias disseram classe média, o que se confirma quando se observa o perfil da profissão destes turistas.

Quando se perguntou sobre quem acompanhava o turista para as visitas ao roteiro, as respostas obtidas foram com o cônjuge e filhos e com amigos em

excursões no caso dos aposentados que visitam o roteiro com grupos de terceira idade. No que se refere à origem dos turistas, as famílias afirmaram que todos têm origem urbana, sendo local e também regional, na maioria das vezes. Porém, algumas vezes, a Rota Colonial Linha Stein recebe grupos de turistas internacionais, como foi o caso no ano de 2005, quando foi atendido um grupo de turistas canadenses.

No caso de permanência dos turistas nas propriedades, a grande maioria disse que eles apenas passavam o dia. Apenas em uma das famílias, foi relatado que os turistas passam a noite e neste caso a permanência é 1 a 2 pernoites. Este é o único caso em que a família tem estrutura para abrigar hóspedes para pernoite. Quanto ao número de vezes que o turista retorna à propriedade, a maioria das respostas ficou entre uma e mais de três vezes ao ano, sendo que, em alguns casos, houve relato de famílias que retornam ao roteiro pelo menos uma vez ao mês em busca de produtos ou mesmo para passar o final de semana. Nestes casos, são famílias que residem em cidades próximas a Salvador do Sul.

Outro questionamento feito às famílias sobre o perfil dos turistas, que freqüentam o roteiro, foi sobre os motivos que os levariam a procurar os serviços e produtos do turismo rural. Os resultados obtidos estão dispostos na tabela 22. Os resultados sobre os motivos que fazem com que os turistas retornem ao roteiro estão dispostos na tabela 23.

Tabela 22.

Motivos para os turistas buscarem o turismo rural

Motivos	Para procurarem Turismo rural (%)
Ambiente	20
Conhecer as práticas agropecuárias	40
Produtos saudáveis	20
Resgate da cultura	60
Simplicidade	20
Tranqüilidade	80

Podemos perceber que, segundo as famílias e os contatos que elas têm com os turistas que freqüentam o roteiro, elas percebem que o maior motivo para que este turista busque o turismo rural é a tranqüilidade oferecida pelo meio rural,

bem como pelo resgate de sua cultura. As famílias relataram à pesquisadora que muitos dos turistas são oriundos de zonas rurais e buscam um retorno a estas culturas, e também para mostrar à seus filhos como era o ambiente em que eles viveram a infância, a fim de que as crianças tenham contato com este ambiente. Nos casos em que os turistas não são oriundos de zonas rurais, um dos maiores motivos para a busca pelo turismo rural é o conhecimento das práticas agrícolas.

Segundo os relatos das famílias, muitos dos turistas não têm o conhecimento de como é a rotina de uma família que vive no meio rural e têm curiosidade em conhecer e até participar das “lidas” diárias da propriedade. Em todas as famílias, é possível que o turista participe destas atividades e isso, segundo eles, se torna um grande atrativo para estes turistas que não tiveram contato com o meio rural anteriormente. Também foram citadas a simplicidade e o ambiente como motivos para a busca do turista pelo turismo rural.

Tabela 23.

Motivos para os turistas retornarem às propriedades

Motivos	Para voltarem às propriedades (%)
Ambiente	40
Atendimento	40
Conhecer as práticas agropecuárias	40
Produtos saudáveis	20
Resgate da cultura	20
Tranqüilidade	80

Quanto aos motivos que fazem com que o turista retorne à Rota Colonial Linha Stein, a resposta mais mencionada foi a tranqüilidade. O atendimento também foi bastante citado entre as famílias que participaram da pesquisa. Elas afirmam que os turistas se sentem muito à vontade com o atendimento completamente informal que lhes é dedicado. Em alguns relatos das famílias entrevistadas, pode-se perceber que o atendimento realmente se torna bastante personalizado, pois, em alguns casos, foi relatado à pesquisadora que quando chegavam os grupos de turistas, se os integrantes estavam trabalhando, da mesma maneira eles iriam receber os turistas. Essa foi uma característica que as famílias afirmaram ser bastante

interessante para os turistas, sendo que eles afirmavam se sentirem bastante satisfeitos com o atendimento.

Também a busca por produtos saudáveis foi um motivo apontado para o retorno do turista ao roteiro. Em alguns casos, a volta para busca destes produtos é freqüente.

5. CONCLUSÕES

O município de Salvador do Sul constitui-se em um município relativamente pequeno, onde se ressalta a atividade de agricultura familiar, que, como já foi apresentado neste trabalho, passou, nas últimas décadas, por uma série de mudanças e problemas, os quais levaram estas famílias, a procurarem por alternativas para a sua manutenção no campo.

Este município foi pioneiro na região do Vale do Caí a adotar a atividade de turismo rural com a assistência do escritório municipal da EMATER/RS – Ascar. Formou-se, em Salvador do Sul, a Rota Colonial Linha Stein, que fica em uma comunidade que se compõe por 15 famílias, das quais, no período da pesquisa, 5 faziam parte do roteiro turístico. Com os dados anteriormente apresentados sobre a Rota Colonial Linha Stein e sobre as 5 propriedades vizinhas que não trabalham com a atividade de turismo rural, podemos fazer algumas conclusões.

Com relação às características das famílias, estas não diferem entre si, ficando sempre com um tamanho e composição relativamente iguais, são famílias que ficam acima da linha da pobreza, em sua maioria, com exceção de apenas uma das famílias que ficaria classificada como pobre, devido a gastos ocorridos no período de abrangência da pesquisa, referentes a reformas na casa.

Uma importante constatação feita durante esta pesquisa é de que das 10 famílias que participaram deste estudo, apesar de apenas 5 delas estarem atuando com a atividade de turismo rural, somente duas famílias são exclusivamente agrícolas. As demais, todas são pluriativas, o que nos leva a concluir que a pluriatividade é uma alternativa bastante utilizada e eficaz para a manutenção destas famílias no campo. A pluriatividade vinha sendo desenvolvida, nas famílias, mesmo antes da consolidação da rota de turismo rural, o que corrobora com a literatura, qual diz que estas atividades externas à propriedade rural têm grande importância na composição da renda destas famílias e na sua manutenção no campo.

Neste sentido o que deve-se levar em conta, qual é o tipo de atividade que é exercida fora da propriedade, pois pode se caracterizar como pluriatividade não desejada, sendo que esta, segundo alguns autores acabam prejudicando as atividades normais da propriedade e ainda fazendo com que os integrantes das famílias percam vínculo com as atividades agrícolas. Isto foi também uma das conclusões desta pesquisa, onde se percebeu que muitos integrantes das famílias

pluriativas “2” e “3” possuíam subempregos e acabavam se distanciando das atividades agropecuárias rotineiras na propriedade.

Quanto à ocupação dos integrantes das famílias, podemos concluir que aquelas que trabalham com o turismo rural, apenas uma minoria exerce atividade que não diz respeito ao turismo rural. Os demais se ocupam somente com as atividades da propriedade, tanto de agricultura, como de turismo rural. Nas famílias que não trabalham com a atividade, se excetuando as famílias que são exclusivamente agrícolas, as ocupações são bastante variadas, sendo serviços domésticos, construção civil, comércio, frete entre outras que se caracterizam como subempregos. Em sua maioria, são profissões exercidas sem carteira assinada, o que corrobora com os dados já expostos sobre a pluriatividade não desejada. Este fato mostra a necessidade de alternativas que proporcionem às famílias rurais acesso a empregos que lhes dêem o mínimo de direitos trabalhistas.

São necessárias oportunidades que incluam estas pessoas na população economicamente ativa da comunidade e não apenas com ocupações de subempregos, como as que são exercidas por estas famílias. Sem dúvidas, o apoio à atividade de turismo rural que é desenvolvida na comunidade é uma alternativa para que se consiga amenizar esta situação, proporcionando a estas famílias um modo de garantir além de incremento de renda, uma melhoria na qualidade de vida. Isso faz com que os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver uma atividade em sua propriedade, mantendo desta forma, o tempo necessário para continuar em suas atividades agrícolas e de artesanato, as quais são características de sua cultura e alternativas para o incremento de renda.

O turismo rural, neste caso, se mostrou uma importante ferramenta para a manutenção da população rural no campo, com empregos e rendas suficientes para uma adequada qualidade de vida e bem-estar. Uma atividade que além de ocupar a mão-de-obra familiar, proporciona um maior contato das famílias com outras culturas, mantendo a sua própria; que provoca uma melhoria em termos de saneamento básico, infra-estrutura, consciência ambiental, sentimento de auto-estima, renda entre outros elementos fundamentais ao bem-estar.

Quanto à composição das rendas das famílias que trabalham e que não trabalham com o turismo rural, podemos perceber que a participação das rendas agrícolas na renda familiar total é a maior em todas as famílias. Esta renda é originada principalmente da silvicultura com a produção de carvão vegetal. Então,

pode-se corroborar a literatura que afirma a importância desta renda para as famílias rurais. Mesmo para as que trabalham com a atividade de turismo rural, esta é uma renda importante. Estes resultados mostram que o ideal é a manutenção da atividade agropecuária nas propriedades, as quais adotam o turismo rural, pois este proporciona uma renda que é complementar a estas famílias, garantindo um aumento na qualidade de vida, e uma oportunidade de desenvolvimento, devido as suas características que já são bastante conhecidas e confirmadas na literatura. Fica claro, então, que nestas famílias, que atuam com agricultura familiar, as atividades agropecuárias e de turismo rural se complementam e, portanto, necessitam uma da outra para um adequado desenvolvimento.

Mas, a contribuição das rendas não-agrícolas na renda familiar total é bastante elevada também em todas as famílias. Este fato confirma, também, os dados que se encontram na literatura. Então, podemos concluir que as rendas não-agrícolas são de grande importância para composição da renda familiar total e para a melhoria na qualidade de vida, através de melhorias no acesso a bens e serviços essenciais pelas famílias, ou seja, as atividades não agrícolas são bastante importantes na complementação de renda das famílias agrícolas.

Neste sentido, se fizermos uma correlação com as ocupações das famílias pluriativas e a importância destas rendas não-agrícolas para a família, mais uma vez, poderemos afirmar a necessidade de incentivos e de investimentos para alternativas, a fim de proporcionar a estas famílias atividades que lhes satisfaçam tal necessidade sem, no entanto, fazer com que estes indivíduos precisem se deslocar intensamente. É preciso que sejam alternativas com as quais eles não precisem se sujeitar a renunciar seus direitos trabalhistas, nem se deslocar das atividades cotidianas e do convívio com sua família para que possa obter renda para se manter no campo.

A participação de rendas de aposentadorias e pensões também é bastante elevada entre as famílias entrevistadas que trabalham com o turismo rural, o que pode demonstrar que, nestas famílias, as pessoas mais velhas são mais numerosas. Estas rendas são também muito importantes na composição da renda familiar total, principalmente, por serem uma fonte segura para essas famílias, a qual é incorporada com um valor exato a cada final de mês. Isso lhes garante tranquilidade, ao menos com relação à aquisição de itens mais necessários, como, por exemplo, medicamentos e alimentação. Nas famílias que possuem a atividade

de turismo rural esta renda é ainda mais elevada, o que nos mostra uma importante participação de pessoas idosas na composição da renda familiar total.

Mas, a participação destes idosos não se encerra somente no sentido financeiro, como pode ser confirmado nos resultados discutidos nesta dissertação, eles possuem uma grande importância para o desenvolvimento das atividades de turismo rural, no momento em que são elementos essenciais para a manutenção da cultura local e dos costumes das famílias e da comunidade, passando aos turistas histórias e ensinamentos sobre o meio rural.

A participação de outras rendas, não se mostrou importante para as famílias que participaram desta pesquisa. O autoconsumo para as famílias que trabalham com o turismo rural tem uma importância relativamente elevada na renda familiar total, pois o que é produzido na propriedade é bastante utilizado para o consumo da família e para a produção de produtos que são vendidos aos turistas, o que acaba aumentando o seu valor. Para as famílias que não trabalham com o turismo rural, esta contribuição é um pouco menor, mas com uma importância relevante. A elevada contribuição do autoconsumo na renda agrícola mostra que as famílias pesquisadas possuem um baixo custo ou nulo com a aquisição de tais produtos.

Ao se relacionar o autoconsumo com a atividade de turismo rural que é desenvolvido na Rota Colonial Linha Stein, percebemos que estes produtos são muito utilizados para a comercialização direta aos turistas caracterizando a mercantilização da produção familiar, garantindo a estas famílias o recebimento de um valor maior por seus produtos, pois esta comercialização dispensa a necessidade de atravessadores.

A renda *per capita*, é relativamente alta, ficando na maioria, sempre acima de 1 salário mínimo. Assim sendo, podemos dizer que as famílias possuem uma renda *per capita* elevada. Levando em conta este item como indicador de bem-estar, podemos dizer que todas elas possuem um bom nível de bem-estar. Em se comparando estes resultados com os resultados específicos, sobre o nível de bem-estar destas famílias, podemos obter mais algumas conclusões.

O nível de bem-estar das famílias é elevado, sendo próximo a 1 (nível máximo) em todas as famílias; então, todas as famílias pesquisadas o bem-estar está em um bom nível. Nas famílias que não trabalham com turismo rural, o nível de bem-estar está mais elevado do que nas que trabalham com a atividade, mas

também, nestas famílias, encontra-se pluriatividade. Além disso, deve-se levar em consideração o tamanho relativamente pequeno da amostra em que foi realizada esta pesquisa e a equidade existente entre as famílias da comunidade analisada.

Temos também que levar em conta que o bem-estar aqui analisado foi tomado pela aquisição de bens e serviços essenciais, bem como nível de renda familiar total e renda *per capita*. Mesmo as famílias que não trabalham com o turismo rural foram beneficiadas indiretamente com o acesso a bens e serviços essenciais, em função desta atividade em sua comunidade. Concluímos, então, que o turismo rural não beneficia somente as famílias nele envolvidas diretamente, através do incremento de renda, ou dos demais benefícios que foram discutidos neste trabalho, mas também as famílias que circundam a região ou as famílias, nas quais ele é desenvolvido.

Durante a pesquisa, na aplicação dos questionários, pode-se concluir, com os relatos das famílias, que o sentimento de melhoria na qualidade de vida foi positivo. Existe uma satisfação em atuar na atividade, já que esta fornece uma interação com pessoas que possuem diferentes culturas e conhecimentos, o que, segundo os relatos das famílias, permite a ocorrência de um rico intercâmbio entre famílias e turistas. Esta atividade proporciona, no nível de renda das famílias, a possibilidade de venda de seus produtos, bem como a oportunidade de “ensinar” aos turistas um pouco da cultura e hábitos das famílias que os recebem.

Outra conclusão é de que mesmo as famílias que não trabalham com o turismo rural, ao perceber algumas das mudanças que foram feitas nas propriedades em função da adoção da atividade, acabaram por fazer algumas melhorias também em suas propriedades, como, por exemplo, a preservação de um jardim em frente às propriedades ou mesmo um maior cuidado com a beleza e higiene desta. A retirada de pocilgas de perto das propriedades e sua colocação em locais mais apropriados, com uma estrutura também mais apropriada para o recolhimento dos dejetos, foi uma das atitudes tomadas pelas propriedades vizinhas, melhorando a preservação do meio ambiente, a beleza da propriedade e a qualidade de higiene. Estas mudanças, com certeza, promoveram uma melhoria na qualidade de vida das famílias, pois também permitiram uma melhor preservação ambiental e da paisagem, bem como na beleza natural da comunidade.

Outra importante conclusão feita nesta pesquisa é de que o turismo rural proporcionou nas famílias, que compõe a Rota Colonial Linha Stein, uma

organização que as levou a buscarem os recursos necessários para a implantação da atividade em sua comunidade. Esta organização atingiu tal nível que obteve como resultado de suas demandas a criação de uma Lei de Incentivo ao Turismo Rural, no município de Salvador do Sul (anexo), aprovada pela Câmara de Vereadores. A aprovação desta lei proporcionou algumas vantagens para a comunidade, onde foi implantada a Rota Colonial Linha Stein, como a participação ativa da Prefeitura para o incentivo das atividades de turismo rural e algumas melhorias em infra-estrutura, como: as estradas, o funcionamento da coleta de lixo na comunidade, entre outras. Segundo esta lei, a prefeitura reduz em 50% os preços de execução de serviços para melhorias nas construções e estradas, como: terraplenagem, serviços com equipamentos rodoviários, pedra britada, abertura de açudes entre outros.

Conclui-se então que a atividade de turismo rural pôde promover um incentivo à organização das famílias, proporcionando melhores resultados em termos de obtenção de recursos e apoios para a atividade, e podendo fazer com que ocorra inclusive a criação de leis e políticas específicas para o turismo rural, o que melhora o desenvolvimento da atividade e colabora de maneira importante para o desenvolvimento rural. Além disso, a organização de famílias permite um melhor relacionamento dos indivíduos entre si e uma melhoria no comportamento comunitário, fazendo com que estas comunidades consigam conviver em harmonia e com grandes conquistas em seus municípios ou regiões. A aprendizagem do trabalho em equipe e da organização entre indivíduos de uma comunidade, é algo que será utilizado por toda a vida de cada indivíduo, para qualquer trabalho que seja realizado em comunidade, bem como para enfrentar as dificuldades, por exemplo, de tomada de decisões entre várias pessoas.

Muitas das conquistas das famílias, as quais fazem parte da Rota Colonial Linha Stein, foram obtidas em função do turismo rural e, posteriormente foram estendidas a toda a comunidade, como a instalação de fossas sépticas, coleta do lixo, e investimentos para melhorias nas propriedades. Estes dados nos levam a concluir que mesmo as famílias que não trabalham com a atividade de turismo rural, mas que fazem parte da comunidade, onde esta atividade é desenvolvida, acabam obtendo melhorias em sua qualidade de vida e nível de bem-estar em função do turismo rural. Ou seja, a atividade de turismo rural proporciona melhorias de renda e

bem-estar também para as famílias que integram a comunidade, mesmo que de maneira indireta.

O turismo rural proporcionou sim um aumento no nível de renda e nível de bem-estar das famílias que fazem parte da Rota Colonial Linha Stein, no município de Salvador do Sul. Indiretamente abrangeu as famílias vizinhas, que acabaram se beneficiando com as melhorias que ocorreram na comunidade para o desenvolvimento da atividade de turismo rural.

O incremento no nível de renda vem juntamente com a execução de uma atividade que não exige um afastamento da propriedade, que pode ser desenvolvida por conta-própria, permitindo que haja um melhor aproveitamento do tempo ocioso e da mão-de-obra familiar, com um reconhecimento da importância da cultura e hábitos das famílias que residem no meio rural, e dos demais componentes destas comunidades rurais.

Estes dados nos mostram alguns impactos positivos da atividade de turismo rural sobre o nível de renda e de bem-estar das famílias envolvidas com a atividade de turismo rural na Rota Colonial Linha Stein, bem como da comunidade em que esta está inserida. Através de estudos e pesquisas como esta, poderão ser apresentados dados que sirvam como instrumentos valiosos para políticas específicas que melhorem as condições para o desenvolvimento da atividade de turismo rural, proporcionando condições para uma alternativa viável na busca do desenvolvimento rural, bem como para políticas públicas e de inclusão social.

Porém, nos remete também a algumas questões que merecem ainda estudos mais específicos, como a utilização de mais indicadores de bem-estar. A extensão do estudo pode abranger-se para uma amostra mais ampla, bem como a verificação destes dados em comunidades que tenham diferentes características das aqui analisadas, já que o município de Salvador do Sul está inserido em uma Região das mais economicamente ativas do estado do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F. A. B. **Turismo rural e desenvolvimento rural sustentável**: limitações e avanços da experiência piloto de turismo rural em Maria da Fé MG (1996-2004). In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 6., 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Facos/UFSM, 2006, 687p.

ALMEIDA, J. A.: **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.

ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2000 – (Coleção Turismo).

ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. (Orgs.) **Turismo rural, patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2006.

ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, E. P. **Agricultura familiar e nível de vida em quatro regiões da geografia gaúcha**. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 10 n. 1, p. 211-235. jan/abr. 2005. EDUNISC, 2005.

BARBIC, A. The farmer-worker in Yugoslavia: a bridge between the city and the country. **Sociologia Ruralis**, v.XIII, n.1, p.76-84, 1984.

BLOS, W. **O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

BLOS, W. **Turismo rural e desenvolvimento local Lages (SC)**. Santa Maria. Facos/UFSM, 2005. 158p. (Série Dissertações em Turismo Rural; n.8).

BRUN, A. La famille comme unité d' analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, N° 198, nov.-déc.pp.3-8.

CAMOLESE, J. E. **Turismo rural e saneamento**: uma parceria cinco estrelas. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba, Fealq, 1999. p. 187-191.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed. Téc.) **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. V. 5, Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2004.

- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G.: **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor** in: Anais do Congresso Brasileiro do Turismo Rural, Piracicaba: FEALQ, 1999 p. 9 – 42.
- CAVACO, C. **Desafios e desenvolvimento rural: notas de leitura**. Lisboa, 2004. 14p. Separata de: Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXXIX – 78, Lisboa 2004.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CRISTÓVÃO, A. **Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)**. In: Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- DENKER, A. F. M.: **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo – 3ª ed.** São Paulo: Futura, 1998.
- DIB, P. S. **Instalações e serviços em turismo rural: a qualidade como garantia de competitividade**. In: Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- DUTRA, D. A., et. al.: **Turismo rural como alternativa de desenvolvimento do município de Agudo – RS**. In: Anais do II Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2000.
- ELESBÃO, I. **Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal**, Santa Maria. Facos/UFSM, 2005. 158p. (Série Dissertações em Turismo Rural; n.1).
- FERNANDES, E. A.; SILVA, R. G.; BAPTISTA, A. J. M. S. **Índice relativo de qualidade de vida brasileiro: uma alternativa ao índice de desenvolvimento humano**. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 10 n. 1, p. 85-102. jan/abr. 2005. EDUNISC, 2005.
- FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FORNECK, T. G. **Relatório de ações e resultados**. EMATER/RS – Ascar Escritório Municipal de Salvador do Sul, 2005.
- FROCHOT, I. **A benefit segmentation of tourists in rural areas: a Scottish perspective**. Tourism Management, 26 (2005) p. 335-346.

- FUCKS, P. M. **Turismo, agricultura e patrimônio São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria. Facos/UFSM, 2005. 190p. (Série Dissertações em Turismo Rural; n.5).
- GARCIA, R. C. **O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003: uma tentativa de avaliação**. Brasília, 2003. Texto para discussão n. 938/IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br (acesso em 17/07/2006).
- GUASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 2001. p. 418-440.
- GUIMARÃES, Maurício Iost; MICHELS, Glaycon; LAPOLLI, Edis Maфра: **turismo no espaço rural: uma atividade empreendedora numa perspectiva holística**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2000. Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, 2000.
- GUZZATI, T. C.; S., M.: **O Agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento rural: a experiência das encostas da Serra Geral – SC**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2000, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, 2000.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de População e Indicadores Sociais. **Indicadores sociais municipais 2000: Brasil/IBGE**. Rio de Janeiro, 2002.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais **Síntese de indicadores sociais 2004/IBGE**. Rio de Janeiro, 2004.
- JUNIOR, D. F. C. R. **I inserção da atividade turística em espaços agrícolas familiares: alternativa derradeira ou excepcional idade provisória?** Revista Agora, Santa Cruz do Sul, v. 10 n. ½, p. 281-289. jan/dez 2004. EDUNISC, 2005.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, S. (org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., ano, Cidade. **Anais eletrônicos...** Cidade: ano. 1 CD-ROM.

- KAGEYAMA, A. **Determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil**. Relatório Parcial de Pesquisa. Campinas, julho, 2001.
- KAGEYAMA, A.; REHDER, P. **O bem-estar no Brasil na década de 80**. Economia e Sociologia Rural, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 23-44, 1993.
- LEAL, R. S. **Pluriatividade e atividades não-agrícolas no estado do Rio Grande do Sul: anos 90**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.
- MACKINNON, N. et al. Pluriativity, structural change and farm household vulnerability in Tho Wester Europe. **Sociologia Ruralis**, v. XXX, n. 1, p. 58-71.
- MAESTRELLI, S. R. **A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis n. 31, p. 183-201. abril de 2002.
- MUNAY, M.R.; GREER, JOHN V. (orgs). **Rural development in dreland: challenge for de 1990s**.
- NASCIMENTO, C. A. **A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 14, n. 2 (25), p. 263-285, jul./dez. 2005.
- RANGEL, S. **A contribuição do turismo para o desenvolvimento de pequenas localidades**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- RUSCHMANN, D. V. M. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M. ; RIEDL, M. (orgs.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2000. (Coleção turismo).
- SCHNEIDER, S,; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- SEITZ, J. L. **A política do desenvolvimento: uma introdução a problemas globais**. Rio de Janeiro, JZE, 1998.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, M. F. **Turismo rural, agricultura familiar e comunidade**. Santa Maria. Facos/UFSM, 2005. 152p. (Série Dissertações em Turismo Rural; n.3).

SIMÕES, O. Turismo em espaços rurais: um ponto de partida. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (orgs.). **Turismo em espaços rurais e naturais**. Instituto politécnico de Coimbra. Coimbra, 2003.

SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (orgs.). **Turismo em espaços rurais e naturais**. Instituto politécnico de Coimbra. Coimbra, 2003.

SOUZA, M. **Turismo rural**: para além da geração de emprego e renda. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4., 2004, Joinville. **Anais...** Joinville: Bom Jesus/IELUSC, 2004. 335p.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

TRIPODI, T., et. al., **Análise da pesquisa social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. – (Coleção ABC do Turismo).

VIANA, A. **Profissionalização em turismo rural**: atendendo as necessidades da melhor idade. Santa Maria, 2006. Caderno didático para mini-curso em Congresso Internacional. 56p.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis, 1996.

ANEXOS